Parlamento Europeu
2024-2029

Comissão Especial sobre a Crise de Habitação na União Europeia

2025/2070(INI)

22.10.2025

ALTERAÇÕES
1- 300

Projeto de relatório
Borja Giménez Larraz
(PE772.037v01-00)

Crise da habitação na União Europeia, com o objetivo de propor soluções para uma habitação condigna, sustentável e a preços comportáveis
(2025/2070(INI))

Alteração 1
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 1

Proposta de resolução	*Alteração*
– Tendo em conta a sua Decisão, de 18 de dezembro de 2024, sobre a constituição, as competências, a composição numérica e a duração do mandato da Comissão Especial sobre a Crise da Habitação na União Europeia[1] ,	– Tendo em conta a sua Decisão, de 18 de dezembro de 2024, sobre a constituição, ***o mandato,*** as competências, a composição numérica e a duração do mandato da Comissão Especial sobre a Crise da Habitação na União Europeia***, com o objetivo de propor soluções para uma habitação condigna, sustentável e a preços comportáveis***[1],
[1] JO C, C/2025/1982, 11.4.2025, ELI: http://data.europa.eu/eli/C/2025/1982/oj.	[1] JO C, C/2025/1982, 11.4.2025, ELI: http://data.europa.eu/eli/C/2025/1982/oj.

Or. en

Alteração 2
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Citação 1-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o relatório do Parlamento Europeu, de 8 de dezembro de 2020, sobre o acesso a uma habitação digna e a preços acessíveis para todos (2019/2187),

Or. en

Alteração 3
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 2

Proposta de resolução	*Alteração*
– Tendo em conta o Tratado da União Europeia (TUE), nomeadamente o artigo 5.º, n.os 1 e 3, e o Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade,	– Tendo em conta o Tratado da União Europeia (TUE), nomeadamente o ***artigo 3.º, n.º 3, o*** artigo 5.º, n.os 1 e 3, e o Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade,

Or. en

Alteração 4
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 3

Proposta de resolução	*Alteração*
– Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), nomeadamente os seus artigos 9.º, 14.º, ***151.º e 153.º***, e o Protocolo n.º 26 sobre os serviços de interesse geral,	– Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), nomeadamente os seus artigos 9.º, 14.º, ***114.º, 151.º, 153.º, 160.º e 168.º***, e o Protocolo n.º 26 sobre os serviços de interesse geral,

Or. en

Alteração 5
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Oihane Agirregoitia Martínez

Proposta de resolução
Citação 3

Proposta de resolução	*Alteração*
– Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), nomeadamente os seus artigos 9.º, 14.º, 151.º ***e 153.º***, e o Protocolo n.º 26 sobre os serviços de interesse geral,	– Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), nomeadamente os seus artigos 9.º, 14.º, 151.º***, 153.º, 174.º e 175.º***, e o Protocolo n.º 26 sobre os serviços de interesse geral,

Or. en

Alteração 6
Georgiana Teodorescu, Lara Magoni, Antonella Sberna, Alessandro Ciriani, Nora Junco García

Proposta de resolução
Citação 3-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, em particular o artigo 1.º do Protocolo à Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, relativo à proteção da propriedade,

Or. en

Alteração 7
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 3-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a sua resolução anterior, de 18 de janeiro de 2024, sobre aspetos de género do aumento do custo de vida e do impacto da crise energética,

Or. en

Alteração 8
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 3-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a sua resolução anterior, de 10 de setembro de 2025, intitulada «O papel dos investimentos da política de coesão na resolução da atual crise da habitação»,

Or. en

Alteração 9
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 3-C (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o parecer do Comité das Regiões Europeu, de 16 de julho de 2025, intitulado «Papel das regiões e dos municípios no Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis»,

Or. en

Alteração 10
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 3-D (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o relatório anual de 2024 da UN-Habitat, de 2 de junho de 2025, intitulado «Adequate Housing for

All» [Habitação adequada para todos],

Or. en

Alteração 11
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 3-E (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Parecer do Comité das Regiões Europeu, de 26 de junho de 2024, intitulado «A habitação inteligente, sustentável e a preços acessíveis como instrumento para os órgãos de poder local enfrentarem múltiplos desafios»,

Or. en

Alteração 12
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 3-F (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Declaração de Liege intitulada «Habitação acessível, digna e sustentável para todos», assinada em 5 de março de 2024 pelos Ministros da Habitação dos Estados-Membros,

Or. en

Alteração 13
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 3-G (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta as orientações relativas à aplicação do direito a uma habitação adequada, elaboradas pelo Relator Especial das Nações Unidas sobre a habitação adequada, apresentadas ao Conselho dos Direitos Humanos na sua 43.ª sessão,

Or. en

Alteração 14
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 3-H (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Relatório do Conselho Económico e Social das Nações Unidas – Comissão Económica para a Europa, de 31 de agosto de 2024, intitulado «Challenges and priorities for improving housing affordability in the region of the United Nations Economic Commission for Europe» [Desafios e prioridades para melhorar a acessibilidade dos preços da habitação na região da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas],

Or. en

Alteração 15
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 3-I (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Parecer do

	Comité Económico e Social Europeu, de 11 de fevereiro de 2025, intitulado «Habitação social na UE – digna, sustentável e acessível»,

Or. en

Alteração 16
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 3-J (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu, de 17 de setembro de 2025, intitulado «Rumo a um Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis – o contributo da sociedade civil»,

Or. en

Alteração 17
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 3-K (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Declaração de Lisboa, de 21 de junho de 2021, sobre a Plataforma Europeia de Combate à Situação de Sem-Abrigo,

Or. en

Alteração 18
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução

Citação 3-I (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD),

Or. en

Alteração 19
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 3-M (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, de 7 de outubro de 2020, intitulada «Uma União da Igualdade: Quadro estratégico da UE para a igualdade, a inclusão e a participação dos ciganos»,

Or. en

Alteração 20
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 3-N (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, de 18 de setembro de 2020, intitulada «Uma União da Igualdade: plano de ação da UE contra o racismo 2020-2025»,

Or. en

Alteração 21
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 3-O (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Declaração de Gijón sobre a habitação para todos os ambientes construídos sustentáveis, saudáveis e inclusivos, assinada em 14 de novembro de 2023 pelos ministros da Habitação e do Desenvolvimento Urbano dos Estados-Membros da UE,

Or. en

Alteração 22
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 4-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o relatório da OCDE, de 18 de janeiro de 2021, intitulado «Building for a Better Tomorrow- Policies to Make Housing More Affordable» [Construir um futuro melhor- Políticas para tornar a habitação mais acessível],

Or. en

Alteração 23
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 4-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta as orientações da OMS sobre a habitação e a saúde, de 23 de novembro de 2018,

Or. en

Alteração 24
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 4-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia (Grande Secção), de 22 de setembro de 2020, no processo «Cali Apartments SCI e HX contra Procureur général près la cour d'appel de Paris e Ville de Paris»,

Or. en

Alteração 25
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 4-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o relatório da OCDE, de 1 de maio de 2019, intitulado «Under Pressure: The Squeezed Middle Class» [Sob pressão: a classe média em dificuldades],

Or. en

Alteração 26
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 5

Proposta de resolução	*Alteração*
– Tendo em conta os artigos ***16.º, 17.º e 34.º, n.º 3,*** da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia,	– Tendo em conta os artigos ***1.º, 4.º, 16.º, 17.º, 21.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 34.º, n.º 3, e 36.º*** da Carta do Direitos Fundamentais da União Europeia,

Or. en

Alteração 27
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 5

Proposta de resolução	*Alteração*
– Tendo em conta os artigos ***16.º, 17.º*** e 34.º, n.º 3, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia,	– Tendo em conta os artigos ***1.º, 7.º, 17.º, 21.º, n.º 1.º,*** e 34.º, n.º 3, da Carta do Direitos Fundamentais da União Europeia,

Or. en

Alteração 28
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Oihane Agirregoitia Martínez, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Citação 5-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Declaração de Lisboa sobre a Plataforma Europeia de Combate à Situação de Sem-Abrigo, adotada em 21 de junho de 2021 pelas instituições da União, pelos Estados-

Membros e pelos parceiros sociais,

Or. en

Alteração 29
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 5-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta os artigos 15.º, n.º 3, 16.º, 19.º, n.º 3, 23.º, 30.º e 31.º da Carta Social Europeia revista,

Or. en

Alteração 30
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 5-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, nomeadamente o artigo 11.º, n.º 1,

Or. en

Alteração 31
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução

Citação 5-C (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e, nomeadamente, o seu artigo 19.º que entrou em vigor para a União em 22 de janeiro de 2011,

Or. en

Alteração 32
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 5-D (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, nomeadamente os artigos 8.º e 25.º,

Or. en

Alteração 33
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 5-E (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Diretiva (UE) 2024/1275 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de abril de 2024, relativa ao desempenho energético dos edifícios (Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios),

Or. en

Alteração 34
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Oihane Agirregoitia Martínez, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Citação 6-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Diretiva (UE) 2024/1275 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de abril de 2024, relativa ao desempenho energético dos edifícios (reformulação),

Or. en

Alteração 35
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 6-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11, 5, 10 e 3, adotados pelos líderes mundiais em setembro de 2015 e aprovados pelo Conselho,

Or. en

Alteração 36
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução

Citação 6-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a sua Resolução, de 21 de janeiro de 2021, sobre o acesso a uma habitação digna e a preços acessíveis para todos[1-A],
	[1-A] JO C 456 de 10.11.2021, p. 145

Or. en

Alteração 37
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 6-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o seu relatório, de 15 de outubro de 2024, sobre o papel do investimento da política de coesão na resolução da atual crise da habitação[1-A],
	[1-A] 2024/2120(INI)

Or. en

Alteração 38
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 6-C (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a sua resolução, de 26 de março de 2019, sobre crimes

financeiros e a elisão e a evasão fiscais[1-A],

[1-A] JO C 108 de 26.3.2021, p. 8

Or. en

Alteração 39
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 8

Proposta de resolução	*Alteração*
– Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 29 de janeiro de 2025, intitulada «Uma Bússola para a Competitividade da UE» (COM(2025)0030),	***Suprimido***

Or. en

Alteração 40
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 8-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a sua Resolução, de 14 de setembro de 2022, sobre o Novo Bauhaus Europeu[1-A],
	[1-A] JO C 125 de 5.4.2023, p. 56

Or. en

Alteração 41
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Oihane Agirregoitia Martínez, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Citação 9

Proposta de resolução	*Alteração*
– Tendo em conta o ***princípio 19 do*** Pilar Europeu dos Direitos Sociais,	– Tendo em conta o Pilar Europeu dos Direitos Sociais ***(PEDS)***, ***proclamado e assinado pelo Parlamento, pelo Conselho e pela Comissão em 17 novembro de 2017, e, em particular, o Princípio 19 «Habitação e assistência para os sem-abrigo», que estabelece que as pessoas necessitadas devem ter acesso a habitação social ou a uma ajuda à habitação de boa qualidade,***

Or. en

Alteração 42
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 9

Proposta de resolução	*Alteração*
– Tendo em conta ***o princípio 19*** do Pilar Europeu dos Direitos Sociais,	– Tendo em conta ***os princípios 19, 2 e 3*** do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, ***incluindo o Painel de Indicadores Sociais,***

Or. en

Alteração 43
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Citação 9

Proposta de resolução	*Alteração*
– Tendo em conta ***o princípio 19*** do Pilar Europeu dos Direitos Sociais,	– Tendo em conta ***os princípios 19 e 20*** do Pilar Europeu dos Direitos Sociais,

Or. en

Alteração 44
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj, Johan Danielsson

Proposta de resolução
Citação 11-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu, de 18 de setembro de 2025, intitulado «Rumo a um Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis – o contributo da sociedade civil»,

Or. en

Alteração 45
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 11-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Parecer do Comité Económico e Social Europeu, de 5 de dezembro de 2024, intitulado «Habitação social na UE – digna, sustentável e acessível»[1-A],
	[1-A] JO C, C/2025/771, 11.2.2025, ELI: http://data.europa.eu/eli/C/2025/771/oj.

Or. en

Alteração 46
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 11-C (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o parecer do Comité das Regiões Europeu, de 14 de maio de 2025, intitulado «Papel das regiões e dos municípios no Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis»,

Or. en

Alteração 47
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 11-D (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Parecer do Comité das Regiões Europeu, de 17 de abril de 2024, intitulado «A habitação inteligente, sustentável e a preços acessíveis como instrumento para os órgãos de poder local enfrentarem múltiplos desafios»,

Or. en

Alteração 48

Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 11-E (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Parecer do Comité das Regiões Europeu de 21 de novembro de 2024, intitulado «Uma política de coesão renovada após 2027 que não deixe ninguém para trás»[1-A],
	[1-A] JO C, C/2024/3661, 26.6.2024, ELI: http://data.europa.eu/eli/C/2024/3661/oj.

Or. en

Alteração 49
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 11-F (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Relatório das Nações Unidas, de 26 de dezembro de 2019, sobre as orientações relativas à aplicação do direito a uma habitação adequada, elaborado pela Relatora Especial sobre a habitação adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação neste contexto,

Or. en

Alteração 50

Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 12-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a análise do Grupo do Banco Europeu de Investimento sobre habitação social e acessível, de 1 de julho de 2025,

Or. en

Alteração 51
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Citação 13-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o acórdão de 2020 do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) nos processos apensos C-724/18 e C-727/18, Cali Apartments SCI, que confirmou que o combate à escassez de habitação constitui uma razão imperiosa de interesse geral suscetível de justificar uma regulamentação proporcionada do arrendamento de curta duração,

Or. en

Alteração 52
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução

Citação 13-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Declaração de Lisboa sobre a Plataforma Europeia de Combate à Situação de Sem-Abrigo, adotada em 21 de junho de 2021 pelas instituições da União, pelos Estados-Membros e pelos parceiros sociais,

Or. en

Alteração 53
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Carta das Nações Unidas sobre o alojamento sustentável (Carta de Genebra), de 16 de abril de 2015, e o seu objetivo de «garantir a todos o acesso a um alojamento digno, adequado, salubre e a preços acessíveis»,

Or. en

Alteração 54
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-C (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o plano de ação europeu para a habitação da Aliança

Mayors4Housing e da Eurocidades, lançado em maio de 2025,

Or. en

Alteração 55
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-D (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a publicação do Eurostat intitulada «Housing in Europe — 2024 edition» [Habitação na Europa — edição de 2024],

Or. en

Alteração 56
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-E (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a décima análise da exclusão habitacional na Europa 2025, publicada em setembro de 2025 pela Federação Europeia das Organizações Nacionais que Trabalham com Sem-Abrigo (FEANTSA) e pela Fondation Abbé Pierre,

Or. en

Alteração 57

Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-F (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 14 de outubro de 2020 intitulada «Impulsionar uma Vaga de Renovação na Europa para tornar os edifícios mais ecológicos, criar emprego e melhorar as condições de vida»[1-A],
	[1-A] COM(2020)0662

Or. en

Alteração 58
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-G (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Recomendação (UE) 2021/1004 do Conselho, de 14 de junho de 2021, relativa à criação de uma Garantia Europeia para a Infância[1-A],
	[1-A] JO L 223 de 22.6.2021, p. 14.

Or. en

Alteração 59
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-H (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Estratégia da Comissão para a Igualdade de Género 2020-2025 e o Roteiro dos Direitos das Mulheres de 2025,

Or. en

Alteração 60
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-I (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 3 de março de 2021, intitulada «União da Igualdade: Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030» (COM(2021)0101),

Or. en

Alteração 61
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-J (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 5 de março de 2020, intitulada «Uma União da Igualdade:

Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025» (COM (2020)0152),

Or. en

Alteração 62
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-K (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 7 de outubro de 2020, intitulada «Uma União da Igualdade: Quadro Estratégico da UE para a igualdade, a inclusão e a participação dos ciganos» (COM(2020)0620),

Or. en

Alteração 63
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-I (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta as orientações da Comissão sobre a Estratégia para a Igualdade de Tratamento das Pessoas LGBTIQ 2026-2030,

Or. en

Alteração 64

Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-M (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 18 de setembro de 2020, intitulada «Uma União da Igualdade: plano de ação da UE contra o racismo 2020-2025» (COM(2020)0565),

Or. en

Alteração 65
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-N (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Declaração de Liège intitulada «Habitação acessível, digna e sustentável para todos», assinada na Conferência Europeia dos Ministros da Habitação sob a Presidência belga do Conselho, em 5 de março de 2024,

Or. en

Alteração 66
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-O (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Declaração dos ministros da UE responsáveis pela habitação, adotada em Nice, em 8 de março de 2022,

Or. en

Alteração 67
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-P (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a agenda em matéria de parceria para a habitação da Agenda Urbana da UE, de dezembro de 2018,

Or. en

Alteração 68
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-Q (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Declaração de La Hulpe sobre o futuro do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, de 16 de abril de 2024,

Or. en

Alteração 69
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-R (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o relatório da Autoridade Europeia do Trabalho sobre o setor da construção, publicado em setembro de 2023,

Or. en

Alteração 70
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-R (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o relatório de Enrico Letta, de abril de 2024, intitulado «Much more than a market» [Muito mais do que um mercado],

Or. en

Alteração 71
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-T (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a carta de missão

	de 17 de setembro de 2024 dirigida a Dan Jørgensen, comissário da Energia e Habitação,

Or. en

Alteração 72
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 13-U (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta as orientações políticas para a próxima Comissão Europeia 2024-2029,

Or. en

Alteração 73
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Citação 14-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o estudo do Parlamento Europeu para a Comissão Especial sobre a Crise de Habitação na UE (HOUS), de novembro de 2025, intitulado «Mapping the housing needs in the EU, assessing the impacts of shortage and provide an overview of relevant EU legislation» [Mapeamento das necessidades habitacionais na UE, avaliação dos impactos da escassez e apresentação de uma visão geral da legislação comunitária relevante],

Or. en

Alteração 74
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Oihane Agirregoitia Martínez, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Citação 14-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a sua resolução, de 10 de setembro de 2025, sobre o papel do investimento da política de coesão na resolução da atual crise da habitação,

Or. en

Alteração 75
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Oihane Agirregoitia Martínez, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Citação 14-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a sua Resolução, de 21 de janeiro de 2021, sobre o acesso a uma habitação digna e a preços acessíveis para todos,

Or. en

Alteração 76
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Oihane Agirregoitia Martínez, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Citação 14-C (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*

	– Tendo em conta a sua Resolução de 24 de novembro de 2020, sobre a redução da percentagem de pessoas sem-abrigo na UE,

Or. en

Alteração 77
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Oihane Agirregoitia Martínez, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Citação 14-D (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta os pareceres do Comité das Regiões Europeu, de 17 de abril de 2024, intitulado «A habitação inteligente, sustentável e a preços acessíveis como instrumento para os órgãos de poder local enfrentarem múltiplos desafios», e de 14 de maio de 2025, intitulado «Papel das regiões e dos municípios no Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis»,

Or. en

Alteração 78
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Citação 15-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Parecer do Comité Económico e Social Europeu, de 5 de dezembro de 2024, intitulado «Habitação social na UE – digna, sustentável e acessível»,

Or. en

Alteração 79
Sebastião Bugalho

Proposta de resolução
Citação 15-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o compromisso político da Presidente da Comissão Europeia no Discurso proferido sobre o Estado da União de 2025,

Or. pt

Alteração 80
Georgiana Teodorescu, Lara Magoni, Antonella Sberna, Alessandro Ciriani, Nora Junco García, Nicolas Bay

Proposta de resolução
Citação 15-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948,

Or. en

Alteração 81
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Citação 15-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*

	– Tendo em conta o Parecer do Comité das Regiões Europeu, de 17 de abril de 2024, intitulado «A habitação inteligente, sustentável e a preços acessíveis como instrumento para os órgãos de poder local enfrentarem múltiplos desafios»,

Or. en

Alteração 82
Georgiana Teodorescu, Antonella Sberna, Alessandro Ciriani, Lara Magoni, Nora Junco García

Proposta de resolução
Citação 15-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a visão a longo prazo para as zonas rurais, o respetivo plano de ação e o Pacto Rural,

Or. en

Alteração 83
Georgiana Teodorescu, Antonella Sberna, Lara Magoni, Nora Junco García, Alessandro Ciriani

Proposta de resolução
Citação 15-C (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o parecer do Comité das Regiões Europeu, de 14 e 15 de maio de 2025, intitulado «Papel das regiões e dos municípios no Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis» (COTER-VIII/003),

Or. en

Alteração 84
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Citação 15-C (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Parecer do Comité das Regiões Europeu de 21 de novembro de 2024, intitulado «Uma política de coesão renovada após 2027 que não deixe ninguém para trás»,

Or. en

Alteração 85
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Citação 15-C (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o discurso sobre o estado da União proferido pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em 10 de setembro de 2025,

Or. en

Alteração 86
Georgiana Teodorescu, Antonella Sberna, Alessandro Ciriani, Nora Junco García, Lara Magoni

Proposta de resolução
Citação 15-D (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*

	– Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu, de 18 de setembro de 2025, intitulado «Rumo a um Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis – o contributo da sociedade civil» (TEN/848),

Or. en

Alteração 87
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Citação 15-D (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a carta de missão de 17 de setembro de 2024 dirigida a Dan Jørgensen, comissário da Energia e Habitação,

Or. en

Alteração 88
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Citação 15-E (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Plano da UE para Energia a Preços Acessíveis, lançado em 6 de março de 2024,

Or. en

Alteração 89
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Citação 15-F (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,

Or. en

Alteração 90
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Citação 15-G (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a sua Resolução de 20 de maio de 2021 sobre o tema «Inverter as tendências demográficas nas regiões da UE utilizando os instrumentos da política de coesão»,

Or. en

Alteração 91
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Citação 15-H (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o relatório da Comissão do Desenvolvimento Regional (A10-0139/2025),

Or. en

Alteração 92
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Citação 15-I (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), bem como a sua entrada em vigor na UE em 21 de janeiro de 2011, em conformidade com a Decisão 2010/48/CE do Conselho, de 26 de novembro de 2009, relativa à celebração, pela Comunidade Europeia, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,

Or. en

Alteração 93
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Citação 15-J (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 20 de novembro de 2024,

sobre as orientações relativas à vida autónoma das pessoas com deficiência e a sua inclusão na comunidade no contexto do financiamento da UE,

Or. en

Alteração 94
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Citação 15-K (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 3 de março de 2021, intitulada «União da Igualdade: Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030» (COM/2021/101),

Or. en

Alteração 95
Julie Rechagneux, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que uma casa ***é*** mais do que um mero abrigo ***e*** constitui ***a base*** para o crescimento e ***a prosperidade*** das famílias e ***das comunidades***[4]; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5]; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando	A. Considerando que uma casa***,*** mais do que um mero abrigo ***físico,*** constitui ***uma condição necessária*** para o crescimento e ***o desenvolvimento*** das famílias e ***dos lares europeus***[4]; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5]***; que a habitação é uma das***

dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6]; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa;	***principais categorias de despesas dos agregados familiares europeus; que os custos energéticos têm um impacto considerável no poder de compra dos europeus; que os proprietários enfrentam gastos significativos de manutenção e renovação, nomeadamente com a melhoria do desempenho energético dos edifícios; que a rápida subida das taxas de juro alterou profundamente a capacidade dos agregados familiares para contrair empréstimos, reduzindo o seu poder de compra de habitação e limitando o acesso à propriedade, principalmente para os agregados familiares com baixos rendimentos, cuja representação entre as pessoas que compram casa pela primeira vez diminuiu substancialmente***; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6]; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa;
[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.	[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.
[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.	[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.
[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.	[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.
	Or. fr

Alteração 96

Julie Rechagneux, Marie Dauchy, Anne-Sophie Frigout, France Jamet, Mathilde Androuët, Catherine Griset, György Hölvényi, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Mélanie Disdier, Klara Dostalova

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui ***a base*** para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa;	A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo ***material*** e constitui ***uma condição necessária*** para o crescimento e a prosperidade das famílias***, dos agregados familiares*** e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ***; que os custos da energia têm um impacto considerável no poder de compra dos europeus; que os proprietários de imóveis enfrentam custos significativos de manutenção e renovação, em particular os relacionados com a melhoria do desempenho energético dos edifícios; que o rápido aumento das taxas de juro afetou gravemente a capacidade de endividamento das famílias, reduzindo o seu poder de compra no mercado imobiliário e restringindo o acesso à aquisição de habitação própria, em particular para as famílias com baixos rendimentos, cuja percentagem entre os compradores de primeira habitação diminuiu acentuadamente***; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa;
[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.	[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

Or. en

Alteração 97
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. **Considerando** que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade ***das famílias*** e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta ***cada vez mais não só*** as famílias de baixos rendimentos***, como também as famílias*** de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que ***investir nas famílias significa investir no futuro da Europa***;	A. ***Considerando que o direito a uma habitação adequada é um direito reconhecido no direito internacional em matéria de direitos humanos como parte do direito a um nível de vida adequado[3-A];*** que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade ***dos indivíduos, dos agregados familiares*** e das comunidades[4]; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta as famílias de baixos rendimentos ***e*** de rendimentos médios em toda a Europa[5] ***, sendo os inquilinos, agregados familiares monoparentais e agregados familiares de baixos rendimentos desproporcionalmente afetados***; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6]; que ***a resolução bem-sucedida da atual crise habitacional contribui para a consecução de um objetivo social primordial da União, ao mesmo tempo que permite avançar no sentido dos objetivos climáticos e***

	ambientais;
	[3-A] Artigo 25.º, n.º 1, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e artigo 11.º, n.º 1, do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.
[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.	[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.
[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.	[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.
[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.	[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.
	Or. en

Alteração 98
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj, Johan Danielsson

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação ***afeta*** cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também ***as famílias*** de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando	A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade ***dos indivíduos,*** das famílias e das comunidades***; que o acesso a habitação adequada é um direito humano fundamental e uma condição prévia para a dignidade humana, a inclusão social e a igualdade***; que a inacessibilidade dos preços da habitação ***e a falta de acesso a***

dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir ***nas famílias*** significa investir no futuro da Europa;	***habitação digna afetam*** cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as ***pessoas*** de rendimentos médios em toda a Europa***; que, para os inquilinos e compradores de primeira habitação, arrendar a um preço acessível ou adquirir uma habitação digna se tornou mais difícil do que nunca***; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6]; que investir ***em habitação segura e a preços acessíveis para todos, em particular para os grupos vulneráveis,*** significa investir no futuro da Europa;
[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.	
[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.	
[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.	[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

Or. en

Alteração 99
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir ***nas*** famílias significa investir no futuro da Europa;	A. Considerando que ***o acesso a habitação adequada é um direito fundamental que deve ser considerado um pré-requisito para o gozo e o exercício de outros direitos fundamentais, bem como para viver em condições de dignidade,*** uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir ***no direito à habitação para todos, incluindo as*** famílias***,*** significa investir no futuro da Europa;
[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.	[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.
[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.	[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.
[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.	[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.
	Or. en

Alteração 100
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Maravillas Abadía Jover,

Inese Vaidere, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa;	A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que ***a falta de habitação acessível e o custo proibitivo da habitação acessível existente colocam especial pressão financeira sobre as pessoas com deficiência, os idosos e as suas famílias, que já são mais propensos à pobreza e à exclusão social; que*** investir nas famílias significa investir no futuro da Europa;
[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.	[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.
[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.	[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.
[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.	[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

Or. en

Alteração 101
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Inese Vaidere, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa;	A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa; ***que a Europa deve, por conseguinte, encarar a habitação como uma componente estratégica do seu planeamento económico e territorial, assegurando infraestruturas bem desenvolvidas e uma capacidade de habitação suficiente;***
[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.	[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.
[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.	[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.
[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos	[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos

preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

Or. en

Alteração 102
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa;	A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa; ***que a política de habitação deve ser plenamente integrada nas estratégias de desenvolvimento regional, de transição industrial e de mobilidade laboral, a fim de apoiar um crescimento equilibrado e atrair investimento;***

[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing

[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing

affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

Or. en

Alteração 103
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Maravillas Abadía Jover, Inese Vaidere, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa;	A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa; ***que a oferta de habitação adequada deve ser reconhecida como uma condição prévia para a competitividade económica, a estabilidade da mão de obra e a coesão territorial sustentável em toda a União;***

[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos],

[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos],

2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

Or. en

Alteração 104
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa;	A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa; ***que o inverno demográfico agrava os desafios à estabilidade financeira da Europa e ameaça o nosso papel geopolítico na cena mundial;***

[4] Comité Económico e Social Europeu,

[4] Comité Económico e Social Europeu,

«Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

«Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

Or. en

Alteração 105
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa;	A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que ***muitos jovens estão a adiar ou a abandonar as suas aspirações de constituir família, em parte devido à dificuldade em ter um local que possam chamar de lar; que*** investir nas famílias significa investir no futuro da

Europa;

[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

Or. en

Alteração 106
Oihane Agirregoitia Martínez

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando ***que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades***[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só ***as famílias*** de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; ***que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa;***	A. Considerando ***a redução da dimensão média do agregado familiar e os novos modelos de família que levam à necessidade de restruturar o parque habitacional para assegurar o acesso à habitação para todos os grupos, com especial ênfase nas mulheres em situação de vulnerabilidade, pessoas com deficiência, jovens e grupos vulneráveis***; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só ***os agregados familiares*** de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que,

em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ;

[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

Or. es

Alteração 107
Irmhild Boßdorf

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa;	A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que ***as famílias com rendimentos baixos ou médios e os idosos enfrentam dificuldades para lidar com o plano de renovação de edifícios imposto pela UE, enquanto*** os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma

	idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa;
[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.	[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.
[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.	[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.
[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.	[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.
	Or. en

Alteração 108
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Inese Vaidere, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma	A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma

idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa;

idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da Europa; ***que estas tendências sublinham a necessidade de aplicar plenamente o conjunto de instrumentos demográficos da UE;***

[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

Or. en

Alteração 109
Barry Cowen, Brigitte van den Berg

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também ***as famílias*** de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma	A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias***, dos jovens*** e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também ***os agregados familiares*** de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que,

idade média de 26,3 anos[6] ; que investir ***nas*** famílias significa investir no futuro da Europa;

[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir ***em oportunidades para os jovens e as*** famílias significa investir no futuro da Europa;

[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

Or. en

Alteração 110
György Hölvényi, Pál Szekeres

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias significa investir no futuro da	A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade das famílias e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também as famílias de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir nas famílias ***como principal prioridade da***

Europa;

política social significa investir no futuro da Europa;

[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

Or. en

Alteração 111
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade ***das famílias*** e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também ***as famílias*** de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir ***nas famílias*** significa investir no futuro da Europa;	A. Considerando que uma casa é mais do que um mero abrigo e constitui a base para o crescimento e a prosperidade ***dos jovens*** e das comunidades[4] ; que a inacessibilidade dos preços da habitação afeta cada vez mais não só as famílias de baixos rendimentos, como também ***os agregados familiares*** de rendimentos médios em toda a Europa[5] ; que os jovens europeus são particularmente afetados, enfrentando dificuldades crescentes em sair da casa dos pais, o que, em 2023, ocorria com uma idade média de 26,3 anos[6] ; que investir ***em oportunidades para os jovens*** significa investir no futuro da Europa;

[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

[4] Comité Económico e Social Europeu, «Secure access to social and cost housing for all» [Acesso seguro à habitação social e a preços acessíveis para todos], 2024,https://data.europa.eu/doi/10.2864/8806922.

[5] Comissão Europeia: Observatório Europeu do Setor da Construção, «Housing affordable and sustainability in the EU» [Habitação acessível e sustentabilidade na UE], novembro de 2019.

[6] Parlamento Europeu, «O aumento dos preços das casas na UE — os factos (infografias)», sítio Web do Parlamento Europeu, 17 de outubro de 2024.

Or. en

Alteração 112
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que, no artigo 34.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a União reconhece e respeita o direito a uma assistência social e a uma ajuda à habitação, ao passo que o princípio 19 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais estabeleceu deveres claros para a União em matéria de habitação e assistência para os sem-abrigo; que garantir o direito a uma habitação a preços acessíveis, sustentável e digna é crucial para defender vários outros princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, como a igualdade, o acesso à educação, ao emprego, aos cuidados de saúde e aos serviços essenciais;

Or. en

Alteração 113
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que a Europa enfrenta não só uma crise habitacional, mas, sobretudo, uma crise da acessibilidade dos preços da habitação, tendo os preços da habitação na União Europeia aumentado 60,5 % e as rendas 28,8 % entre 2010 e 2025[1-A]; que, atualmente, não existe uma definição de «habitação a preços acessíveis» à escala da UE, nem indicadores comuns e adaptáveis para medir a acessibilidade dos preços da habitação;
	[1-A] Eurostat, «Housing price statistics – house price index» [Estatísticas sobre os preços da habitação — índice de preços da habitação], sítio Web do Eurostat, outubro de 2025.

Or. en

Alteração 114
Sebastião Bugalho

Proposta de resolução
Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que a habitação deve ser tratada como um direito fundamental, garantindo alojamento digno, acessível e sustentável para todos

os europeus; considerando que a UE precisa de tomar medidas decisivas e estabelecer um direito real à habitação para todas as pessoas, a fim de reverter a crise habitacional;

Or. pt

Alteração 115
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Oihane Agirregoitia Martínez, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que os grupos desfavorecidos e os agregados familiares de rendimentos baixos e médios são confrontados com dificuldades no acesso a habitação digna, sustentável e a preços acessíveis, o que pode resultar num aumento dos níveis de exclusão social e que um número crescente de europeus está em risco de se tornarem sem-abrigo;

Or. en

Alteração 116
Julie Rechagneux, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que a crise da habitação é sistémica, afetando tanto o investimento imobiliário, como o acesso à propriedade, a construção de novas habitações, os atrasos na renovação e a contração da oferta no mercado de arrendamento;

Or. fr

Alteração 117
Maria Zacharia

Proposta de resolução
Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que a crise da habitação resulta da desregulamentação, da desigualdade extrema e da especulação financeira, que transforma as habitações em produtos de investimento, privando os cidadãos da possibilidade de uma vida digna;

Or. el

Alteração 118
Georgiana Teodorescu, Antonella Sberna, Lara Magoni, Alessandro Ciriani, Nora Junco García, Nicolas Bay

Proposta de resolução
Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que a Declaração Universal dos Direitos do Homem é um texto fundador de extrema importância para a proteção das liberdades individuais e públicas; que continua a ser um instrumento essencial para a defesa das liberdades fundamentais;

Or. en

Alteração 119
Julie Rechagneux, Marie Dauchy, Anne-Sophie Frigout, France Jamet, Mathilde Androuët, Catherine Griset, György Hölvényi, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Mélanie Disdier, Klara Dostalova, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que a crise da habitação tem um caráter sistémico, afetando o investimento imobiliário, o acesso à aquisição de habitação própria, a construção de habitações, os atrasos na renovação e a contração da oferta no mercado de arrendamento;

Or. en

Alteração 120
Maria Zacharia, Fidias Panayiotou

Proposta de resolução
Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que a política de habitação é crucial para a combinação mais ampla de políticas destinadas a atenuar o declínio demográfico e destaca o seu papel fundamental no apoio aos jovens na constituição e criação de famílias;

Or. en

Alteração 121
Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que os Estados-Membros devem declarar uma emergência habitacional, complementada

por medidas de acompanhamento, a fim de desbloquear uma entrega mais rápida de habitações de qualidade e a preços acessíveis;

Or. en

Alteração 122
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando A-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-B. Considerando que a inacessibilidade dos preços da habitação e a falta de acesso a habitação digna estão a afetar grupos cada vez mais específicos, como as pessoas sem-abrigo, as crianças em situação de pobreza, as mulheres, os trabalhadores móveis, as pessoas com deficiência, os idosos, as pessoas LGBTQI+, os migrantes e as comunidades ciganas e itinerantes; que os trabalhadores com salários mínimos gastam, em média, 8,6 pontos percentuais mais do seu rendimento disponível em custos de habitação do que os outros trabalhadores[1-A], agravando a privação material e as desigualdades sociais;
	[1-A] Eurofound, «Minimum wages in 2025: Annual review», sítio Web da Eurofound, julho de 2025.

Or. en

Alteração 123
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução

Considerando A-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-B. Considerando que, na UE, no segundo trimestre de 2025, em comparação com o mesmo período de 2024, as rendas aumentaram 3,2 % e os preços da habitação aumentaram 5,4 %, tendo muitos Estados-Membros registado aumentos vertiginosos; que, na UE, entre 2010 e o segundo trimestre de 2025, as rendas aumentaram 28,8 % e os preços da habitação 60,5 %;

Or. en

Alteração 124
Sebastião Bugalho

Proposta de resolução
Considerando A-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-B. Considerando que o direito à habitação está consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, inscrito na Carta Social Europeia do Conselho da Europa, subscrita pelos 27 Estados-Membros, e nas constituições de múltiplos Estados-Membros;

Or. pt

Alteração 125
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Oihane Agirregoitia Martínez, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Considerando A-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-B. Considerando que os dados de 2024 indicam que a Europa conta com mais de 1 200 000 pessoas que vivem em condições difíceis, pessoas em abrigos noturnos e pessoas em alojamento temporário para os sem-abrigo; que este número tem vindo a aumentar de forma constante desde 2008;

Or. en

Alteração 126
Maria Zacharia

Proposta de resolução
Considerando A-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-B. Considerando que o acesso a uma habitação digna e a preços acessíveis é um direito social fundamental e uma condição necessária para a dignidade humana, a estabilidade social e a coesão social;

Or. el

Alteração 127
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando A-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-C. Considerando que 10,6 % da população urbana da UE sofre de uma sobrecarga dos custos de habitação, o que significa que os custos totais da habitação representam mais de 40 % do seu rendimento disponível; que cerca de 1,3 milhões de pessoas estão sem-abrigo e

dormem na rua ou em alojamentos de emergência em qualquer noite na UE, sendo quase 400 000 crianças; que a pobreza energética afeta 47,5 milhões de europeus, incluindo 23,7 milhões de pessoas empregadas, o que representa um aumento de mais de 50 %, ou seja, mais 16 milhões de pessoas, em comparação com 2019;

Or. en

Alteração 128
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Oihane Agirregoitia Martínez, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Considerando A-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-C. Considerando que 400 000 crianças estiveram em situação de sem-abrigo em 2024; que as crianças sem-abrigo devem ser um dos principais objetivos do futuro primeiro plano europeu de habitação a preços acessíveis da Comissão;

Or. en

Alteração 129
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando A-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-D. Considerando que, em 2021, 19,5 % das habitações na UE estavam desocupadas, ou seja, eram residências devolutas ou secundárias; que se trata de um aumento de 23 % em relação a 2011;

Or. en

Alteração 130
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj, Johan Danielsson

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as políticas de habitação ***são da competência dos*** Estados-Membros ***e que a UE é obrigada a respeitar*** o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada***,*** ***contrária ao*** princípio ***de uma «solução única aplicável a todos»***;	B. Considerando que as políticas de habitação ***têm historicamente sido vistas e continuam a ser uma competência-chave dos*** Estados-Membros***, tendo em conta*** o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que***, na prática, as políticas da UE em matéria económica, fiscal, ambiental e da concorrência influenciam fortemente os mercados imobiliários nacionais e que, por conseguinte, a União deve assumir a responsabilidade de garantir que a política de habitação contribua para a justiça social e para o exercício efetivo do direito a uma habitação adequada; que a legislação e*** as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada ***das políticas de habitação, assente no*** princípio ***da convergência social e na proteção dos grupos vulneráveis***;

Or. en

Alteração 131
Inese Vaidere

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»;	B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»; ***Por conseguinte, o apoio da UE à política de habitação deve permanecer flexível e adaptável, nomeadamente no que diz respeito à escolha de instrumentos e mecanismos de planeamento, permitindo que os Estados-Membros e os municípios adaptem soluções aos seus diversos contextos habitacionais, económicos e demográficos, evitando simultaneamente modelos uniformes da UE que ignorem as diferenças estruturais e históricas;***

Or. en

Alteração 132
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as políticas de habitação ***são*** da competência dos Estados-Membros e que a UE ***é*** obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de	B. Considerando que***, embora*** as políticas de habitação ***sejam*** da competência dos Estados-Membros e que a UE ***seja*** obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE***, a União, tal como os seus Estados-Membros, tem a obrigação de garantir o acesso de todos a***

habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada***, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»***;	***uma habitação digna e a preços acessíveis, em conformidade com os direitos fundamentais consagrados nos artigos 16.º, 30.º e 31.º da Carta Social Europeia e no Pilar Europeu dos Direitos Sociais***; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que ***a crise da habitação afeta a União Europeia como um todo e que*** é necessária uma abordagem abrangente e adaptada;

Or. en

Alteração 133
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que ***as*** políticas de habitação ***são da competência dos*** Estados-Membros ***e que a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de*** habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»;	B. Considerando que ***embora a responsabilidade principal pelas*** políticas de habitação ***recaia sobre os*** Estados-Membros***, a União Europeia desempenha um papel fundamental no reforço e na viabilização — tendo em conta a natureza específica dos problemas de*** habitação ***nos diferentes Estados-Membros — das ações nacionais, regionais e locais através da adoção de quadros regulamentares eficazes e favoráveis, da coordenação das políticas e do financiamento***; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»;

Or. en

Alteração 134
Irmhild Boßdorf

Proposta de resolução

Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»;	B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»; ***que as realidades da habitação diferem significativamente entre os Estados-Membros e as regiões, refletindo estruturas demográficas distintas, o parque habitacional existente, os níveis de rendimento e o comportamento dos consumidores;***

Or. en

Alteração 135
Julie Rechagneux, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»;	B. Considerando que as políticas de habitação são da competência ***exclusiva*** dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar ***rigorosamente*** o princípio da subsidiariedade ***e a não interferir nas prerrogativas nacionais relativas a este domínio de competência***, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE***, designadamente nos domínios da energia, do ambiente, da concorrência e da coesão,*** podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma

	abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»;

Or. fr

Alteração 136
György Hölvényi, Pál Szekeres, Jorge Buxadé Villalba

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»;	B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»; ***que a migração em massa aumenta significativamente a pressão sobre os mercados imobiliários, contribui para a escassez de habitação a preços acessíveis e cria tensões sociais;***

Or. en

Alteração 137
Georgiana Teodorescu, Antonella Sberna, Lara Magoni, Alessandro Ciriani, Nora Junco García, Nicolas Bay

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar	B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que ***toda as políticas de***

o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»;	***construção e arrendamento de habitações são da competência regulamentar autónoma das autoridades nacionais, regionais e locais,*** a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»;

Or. en

Alteração 138
Barry Cowen, Brigitte van den Berg

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»;	B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação***, em particular no que respeita às regras da UE em matéria de auxílios estatais***; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»***, que reconheça os diferentes níveis de acessibilidade de preços entre os Estados-Membros***;

Or. en

Alteração 139

Julie Rechagneux, Marie Dauchy, Anne-Sophie Frigout, France Jamet, Mathilde Androuët, Catherine Griset, György Hölvényi, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Mélanie Disdier, Klara Dostalova, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»;	B. Considerando que as políticas de habitação são da competência ***exclusiva*** dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar ***rigorosamente*** o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE***, em particular nos domínios da emergia, do ambiente, da concorrência e da coesão,*** podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»;

Or. en

Alteração 140
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Inese Vaidere, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma	B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que é necessária uma

abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»;	abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única aplicável a todos»***, a fim de responder adequadamente aos diversos desafios de habitação nos Estados-Membros***;

Or. en

Alteração 141
Rachel Blom, Julie Rechagneux, Klara Dostalova, Mathilde Androuët

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que ***é necessária uma abordagem abrangente e adaptada, contrária ao princípio de uma «solução única*** aplicável a todos***»***;	B. Considerando que as políticas de habitação são da competência dos Estados-Membros e que a UE é obrigada a respeitar o princípio da subsidiariedade, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 1, do TUE; que as políticas da UE podem ter efeitos diretos e indiretos nos elementos impulsionadores da oferta e da procura de habitação; que ***as medidas da UE devem, por conseguinte, limitar-se a eliminar os estrangulamentos causados pela regulamentação da própria UE e não devem impor um modelo único*** aplicável a todos;

Or. nl

Alteração 142
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que a crise da

habitação é uma crise social que compromete a dignidade, a coesão e a igualdade; que milhões de pessoas enfrentam insegurança habitacional, sobrelotação, habitações precárias e riscos de despejo, sendo os grupos vulneráveis desproporcionadamente afetados; que a investigação sugere que 1,2 milhões de pessoas[1-A] se encontram em situação de sem-abrigo na UE; que o fim do fenómeno dos sem-abrigo, a garantia de uma habitação digna para todos e a garantia de proteção dos mais vulneráveis devem estar no cerne do Plano de Habitação a Preços Acessíveis da UE; que o princípio 19 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais reconhece que o acesso à habitação social ou a uma ajuda à habitação para as pessoas necessitadas, bem como a proteção contra os despejos forçados, são direitos fundamentais; que a persistente inadequação e inacessibilidade dos preços da habitação intensificou a exclusão social;

[1-A] Federação Europeia das Organizações Nacionais que Trabalham com Sem-Abrigo (FEANTSA) e Fondation pour le Logement des Défavorisés, «Tenth Overview of Housing Exclusion in Europe 2025», setembro de 2025.

Or. en

Alteração 143
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que as comunidades de energia e a participação dos cidadãos no sistema energético são instrumentos

poderosos não só para reduzir as emissões, mas também para fazer face à crise da habitação de forma justa e inclusiva, beneficiando especialmente os agregados familiares com baixos rendimentos, os inquilinos em habitação social e os cidadãos em situação de pobreza energética, que enfrentam frequentemente os custos energéticos mais elevados e a menor capacidade de ação;

Or. en

Alteração 144
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que o direito à habitação está consagrado na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e deve ser regulamentado como tal e não como um produto de base ou financeiro; que a habitação social é reconhecida como um elemento fundamental do Pilar Europeu dos Direitos Sociais;

Or. en

Alteração 145
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando B-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*

B-B. Considerando que as iniciativas energéticas de base comunitária, como os projetos de renovação lideradas por cidadãos ou soluções de aquecimento e arrefecimento de base comunitária, contribuem diretamente para soluções de habitação, reduzindo as faturas de energia e melhorando a acessibilidade dos preços através de energia local, renovável e detida pelos cidadãos, permitindo renovações coletivas, melhorias da eficiência energética e a descarbonização do seu fornecimento de aquecimento e arrefecimento em habitações com fraco desempenho energético; que as iniciativas energéticas de base comunitária também contribuem para reforçar a resiliência local e a estabilidade económica, mantendo as receitas energéticas nas comunidades, criando estruturas de governação inclusivas, transparentes e democráticas em que os cidadãos possam moldar as decisões que afetam as suas casas e o consumo de energia;

Or. en

Alteração 146
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando B-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-B. Considerando que a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH) inclui o direito à habitação e a uma vida digna e que o artigo 34.º, n.º 3, da Carta dos Direitos Humanos Fundamentais da UE e o princípio 19 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais protegem e promovem o direito a uma assistência social e a uma

ajuda à habitação;

Or. en

Alteração 147
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando B-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-C. Considerando que a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia, em conformidade com a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH), dá prioridade ao direito à habitação como um direito fundamental, salientando a necessidade de o proteger e de avaliar cuidadosamente a proporcionalidade da perda do domicílio;

Or. en

Alteração 148
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando B-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-D. Considerando que a Diretiva 93/13/CEE relativa às cláusulas contratuais abusivas, tal como interpretada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, exige que os Estados-Membros adotem todas as medidas

necessárias, incluindo a possibilidade de intentar ações judiciais nos tribunais nacionais para impedir a sua aplicação contínua, para garantir que os consumidores não estejam vinculados por cláusulas contratuais abusivas e que disponham de vias de recurso eficazes contra essas cláusulas;

Or. en

Alteração 149
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando B-E (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-E. Considerando que a jurisprudência estabelecida pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) no processo C-415/11 estabelece que, nos termos da Diretiva 93/13/CEE, cabe aos tribunais nacionais verificar se uma cláusula é abusiva e, em caso afirmativo, deve ser suprimida desde o início. que o TJUE salienta a importância da disponibilidade de medidas provisórias para suspender ou suspender os despejos, enquanto os tribunais nacionais avaliam o caráter abusivo das cláusulas contratuais pertinentes; salienta, em particular, que os tribunais nacionais devem avaliar oficiosamente o caráter abusivo das cláusulas contratuais, se necessário, e que os consumidores devem dispor de medidas provisórias para pôr termo ou suspender os processos de execução, enquanto os tribunais nacionais avaliam o eventual caráter abusivo das cláusulas contratuais pertinentes;

Or. en

Alteração 150
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando B-F (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-F. Considerando que alguns governos da UE não estão a aplicar eficazmente a Diretiva 93/13/CEE e estão a violar flagrantemente os direitos dos mutuários, colocando, por conseguinte, as famílias em risco de execução hipotecária;

Or. en

Alteração 151
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando B-G (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-G. Considerando que, em alguns Estados-Membros, as residências primárias estão a ser leiloadas sem políticas abrangentes para a oferta de habitação alternativa; que as disposições do quadro jurídico em vigor que regem as hipotecas servem plenamente os interesses dos bancos, ao mesmo tempo que não protegem os mutuários vulneráveis que podem encontrar-se com poucos ou nenhuns rendimentos, e que não são

dadas garantias quanto ao direito de todas as pessoas afetadas solicitarem a suspensão do processo enquanto aguardam uma decisão judicial sobre a admissibilidade do pagamento total exigido;

Or. en

Alteração 152
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando B-H (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-H. Considerando que cerca de 1,3 milhões de pessoas na UE estão em situação de sem-abrigo, incluindo 400 000 crianças;

Or. en

Alteração 153
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando B-I (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-I. Considerando que o aumento das taxas de execução de hipotecas e despejos em vários Estados-Membros resultou num aumento da insegurança habitacional, dos sem-abrigo e da exclusão social;

Or. en

Alteração 154
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando B-J (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-J. Considerando que a União Europeia ainda não adotou um quadro abrangente e vinculativo para prevenir eficazmente os despejos forçados e garantir o acesso a habitação adequada e a preços acessíveis para todos os cidadãos;

Or. en

Alteração 155
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas ***despovoadas, rurais e insulares***;	C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas***; que certos problemas-chave, tais como habitações devolutas, aumento das rendas, redução do parque habitacional disponível, arrendamentos de curta duração, em particular através de plataformas, e financeirização do mercado de arrendamento, estão presentes em numerosas zonas, incluindo***

cidades de grande, média e pequena dimensão; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que ***a União deve apresentar uma estratégia, incluindo novos regulamentos, que permita às autoridades competentes agir de acordo com as suas necessidades específicas; que*** é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas ***densamente povoadas, onde a crise da habitação é mais grave***;

Or. en

Alteração 156
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover ***uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares***;	C Considerando que os desafios ***e as soluções*** em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais ***através das suas competências em matéria de utilização dos solos, ordenamento do território, planeamento urbano e regional, regulamentação da construção e licenciamento***; que é essencial promover ***planos de desenvolvimento local e regional inclusivos e de base comunitária; que as autoridades públicas a todos os níveis devem ser dotadas de poderes e financiamento adequados para garantir o***

acesso a habitação, digna, adequada e a preços acessíveis;

Or. en

Alteração 157
Barry Cowen, Brigitte van den Berg

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia ***urbana*** abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;	C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas***, muitas das quais enfrentam desafios demográficos específicos e profundos***; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que ***muitos Estados-Membros não dispõem das instituições locais e conhecimentos necessários para desenvolver políticas locais de habitação eficazes e adaptadas; que*** é essencial promover uma estratégia abrangente ***de ordenamento do território***, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;

Or. en

Alteração 158
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em	C Considerando que os desafios em

matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia ***urbana*** abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;

matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que ***muitos Estados-Membros não dispõem das instituições locais e conhecimentos necessários para desenvolver políticas locais de habitação eficazes e adaptadas, que*** é essencial promover uma estratégia abrangente ***de ordenamento do território***, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;

Or. en

Alteração 159
Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;	C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares; ***que políticas inovadoras de habitação rural, como a autorização de habitações múltiplas em terrenos familiares com infraestruturas ambientais adequadas, podem ajudar a sustentar e a repovoar as***

comunidades rurais;

Or. en

Alteração 160
Georgiana Teodorescu, Antonella Sberna, Alessandro Ciriani, Lara Magoni, Nora Junco García

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia ***urbana*** abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;	C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia ***de habitação*** abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares***, enquanto se estudam fórmulas de cooperação ou fusão municipal que permitam economias de escala e uma melhor prestação de serviços locais, especialmente no domínio da habitação***;

Or. en

Alteração 161
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Inese Vaidere, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*

C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;	C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares; ***que as zonas periféricas e rurais devem receber uma atenção adequada para garantir um acesso equitativo a habitação a preços acessíveis para todos, independentemente da localização geográfica;***

Or. en

Alteração 162
Julie Rechagneux, Marie Dauchy, Anne-Sophie Frigout, France Jamet, Mathilde Androuët, Catherine Griset, György Hölvényi, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Mélanie Disdier, Klara Dostalova, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;	C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas***, o que confirma a impossibilidade de uma política impulsionada pela Comissão através de atos de execução diretamente aplicáveis***; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente ***e territorialmente diferenciada***, em

	particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;

Or. en

Alteração 163
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Inese Vaidere, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;	C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas***; que políticas de habitação eficientes e bem-sucedidas exigem uma governação a vários níveis e o envolvimento ativo das partes interessadas locais e dos residentes***; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;

Or. en

Alteração 164
Julie Rechagneux, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em	C Considerando que os desafios em

matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;	matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas***, o que confirma a inviabilidade de uma política conduzida pela Comissão por meio de atos de aplicação imediata***; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente ***e diferenciada consoante os territórios***, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;
	Or. fr

Alteração 165
Inese Vaidere

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;	C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais***, nomeadamente parques habitacionais obsoletos, a necessidade de renovações, habitações sobrelotadas e de elevada densidade e o acesso a empréstimos***; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;
	Or. en

Alteração 166
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Inese Vaidere, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;	C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente***, que inclua serviços de educação e de saúde, infraestruturas, transportes, desenvolvimento económico e lazer***, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;

Or. en

Alteração 167
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Inese Vaidere, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as	C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as

ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;	ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares; ***que as iniciativas de habitação a preços acessíveis não devem limitar-se apenas aos centros urbanos;***

Or. en

Alteração 168
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;	C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais***, como o turismo ou o despovoamento***; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;

Or. en

Alteração 169

Klara Dostalova, Julie Rechagneux, Ondřej Knotek, Jorge Buxadé Villalba, Jaroslav Bžoch, Rachel Blom, Tomáš Kubín

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que ***é essencial promover uma estratégia urbana abrangente***, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;	C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que ***medidas práticas e direcionadas de acordo com as necessidades locais e regionais são essenciais***, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;

Or. en

Alteração 170
György Hölvényi, Pál Szekeres

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;	C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional***, bem como do sistema bancário,*** é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;

Or. en

Alteração 171
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;	C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais ***e montanhosas***, as ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;

Or. en

Alteração 172
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as	C Considerando que os desafios em matéria de habitação variam consoante os Estados-Membros, as regiões e os municípios, incluindo as zonas rurais, as

ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;	ilhas e as regiões ultraperiféricas; que o papel dos órgãos de poder local, municipal e regional é***, por conseguinte,*** fundamental, tanto na identificação das necessidades como no desenvolvimento de medidas adaptadas para fazer face aos desafios locais; que é essencial promover uma estratégia urbana abrangente, em particular nas zonas despovoadas, rurais e insulares;

Or. en

Alteração 173
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando C-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-A. Considerando que, de acordo com a UN-Habitat[1-A], a habitação adequada não é apenas um telhado sobre a cabeça, mas um local que garante a segurança, a dignidade e o bem-estar; que a adequação abrange a segurança jurídica da estabilidade de habitação, a acessibilidade dos preços, a disponibilidade de serviços, materiais e infraestruturas essenciais, como a água potável, o saneamento, a gestão da energia e dos resíduos, a habitabilidade, incluindo a segurança estrutural e a proteção contra o frio, o calor e a humidade, a acessibilidade para as pessoas com deficiência e os idosos, e um espaço de vida suficiente que garanta a privacidade e a saúde; que o aumento de habitações abaixo das normas, sobrelotadas ou excessivamente pequenas, incluindo os chamados microapartamentos, compromete estas normas e não satisfaz as necessidades humanas básicas de uma casa segura e

digna;

---

*[1-A] **UN-Habitat, «The Right to Adequate Housing: Fact Sheet No. 21/Rev.1» [O direito a uma habitação adequada: Ficha Informativa n.º 21/Rev.1], sítio Web da UN-Habitat, 2014.***

Or. en

Alteração 174
Georgiana Teodorescu, Antonella Sberna, Alessandro Ciriani, Lara Magoni, Nora Junco García

Proposta de resolução
Considerando C-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-A. Considerando que as grandes áreas metropolitanas da União estão a concentrar cada vez mais a população, as oportunidades económicas e os serviços, sofrendo simultaneamente de custos de habitação insustentáveis, congestionamento, degradação da mobilidade e perda de qualidade ambiental; que, em contrapartida, muitas cidades de média dimensão têm um potencial inexplorado em termos de espaço habitacional, serviços e infraestruturas, mas têm dificuldade em atrair investimento e uma população ativa; que o reequilíbrio territorial constitui, por conseguinte, um objetivo estratégico para a coesão social, económica e ambiental da União;

Or. en

Alteração 175
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima

Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando C-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-A. Considerando que as atuais políticas económicas e financeiras da UE deram frequentemente prioridade a soluções baseadas no mercado que exacerbaram as desigualdades em matéria de habitação e não conseguiram combater as causas profundas da crise da habitação;

Or. en

Alteração 176
Ciaran Mullooly, Brigitte van den Berg

Proposta de resolução
Considerando C-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-A. Considerando que devem ser equacionadas soluções viáveis e tecnologicamente neutras para responder aos desafios da descarbonização da habitação rural e fora da rede;

Or. en

Alteração 177
Younous Omarjee
em nome do Grupo The Left
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando C-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-B. Considerando que um investimento e um compromisso político insuficientes em matéria de habitação social comprometem a eficácia dos objetivos estratégicos declarados pela UE em matéria de coesão social e inclusão social;

Or. en

Alteração 178
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que ***a principal causa desta*** crise ***é a oferta limitada*** do parque habitacional, ***tanto privado como público***, ***resultante da insuficiente construção e do*** subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde ***2021***[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica ***e*** de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa ***não só*** um desafio social, ***mas também*** uma grave ameaça económica para a competitividade ***da UE***; que***, por conseguinte, é necessário aumentar*** a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que ***as principais causas da*** crise ***da habitação variam amplamente, dependendo de fatores como o desequilíbrio entre a oferta e a procura*** do parque habitacional, ***escassez de habitação pública***, ***social e a preços acessíveis, especulação, financeirização e a falta de investimento público e privado no setor da habitação, bem como construção insuficiente e*** subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde ***2018***; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica***,*** de maior eficiência ***e de recursos*** nos procedimentos de licenciamento; ***que os problemas estruturais no setor da habitação, incluindo a financeirização, a especulação e a persistente falta de***

proteção dos inquilinos tornaram os agregados familiares cada vez mais vulneráveis e agravaram a acessibilidade dos preços; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa um desafio social, ***que põe em causa a coesão e o compromisso da UE para com a igualdade, a inclusão e a prosperidade comum, bem como*** uma grave ameaça económica para a competitividade da ***União***; que a construção e a renovação ***sustentável*** de habitações ***devem centrar-se sobretudo na habitação pública e social, permitindo simultaneamente o desenvolvimento de habitações privadas sustentáveis e a preços acessíveis***, tanto para venda como para arrendamento***, reforçando ao mesmo tempo os nossos sistemas de proteção social e melhorando os direitos dos inquilinos***;

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 179
Oihane Agirregoitia Martínez

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de

construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações***, que cumpram os requisitos de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida***, tanto para venda como para arrendamento; ***que, em determinados territórios, especialmente nas ilhas, a combinação do regresso migratório e da turistificação intensiva sobrecarrega o mercado residencial, aumenta os custos básicos (habitação, eletricidade e água) para mais de 50 % do rendimento em muitos agregados familiares e conduz muitas famílias ao empobrecimento, ao endividamento e à exclusão;***

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

Or. es

Alteração 180
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento; ***que os preços da habitação na UE aumentaram, em média, 48 % entre 2015 e 2023, principalmente devido ao aumento dos custos de construção, a uma diminuição da construção e a uma intervenção excessiva no mercado da habitação, tendo o preço de compra mediano atingido 3 050 EUR por metro quadrado em 2024 e as rendas aumentado sistematicamente até 22 %, atingindo uma mediana de 16 EUR por metro quadrado por mês em 2023;***
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
[8] Ibidem.	[8] Ibidem.
	Or. en

Alteração 181
Nils Ušakovs

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que***, em determinados Estados-Membros e regiões, este desafio é agravado pelo facto de uma parte significativa do parque habitacional — especialmente os edifícios padronizados de vários andares construídos durante a era soviética — se aproximarem ou já terem ultrapassado a sua vida útil prevista, criando assim um risco crítico em matéria de segurança e uma forte redução da futura oferta de habitações viáveis; que*** esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 182
Julie Rechagneux, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7]; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8]; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7]; ***que a contração da oferta de habitação é, pelo menos em parte, uma consequência das opções regulamentares da Comissão Europeia em matéria de normas ambientais, de fixação dos preços da energia, de política da concorrência e de incentivo à metropolização***; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8]; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do

Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

Or. fr

Alteração 183
Julie Rechagneux, Marie Dauchy, Anne-Sophie Frigout, France Jamet, Mathilde Androuët, Catherine Griset, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Mélanie Disdier, Klara Dostalova, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7]***; que a contração da oferta de habitação é, pelo menos em parte, uma consequência das escolhas regulamentares da Comissão Europeia no domínio das normas ambientais, dos preços da energia, da política da concorrência e da promoção do desenvolvimento metropolitano***; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 184
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que ***a UE publicou, em 13 de maio de 2022, orientações destinadas a simplificar e acelerar os procedimentos de licenciamento para a implantação de instalações de energia renovável, no âmbito de um projeto do Instrumento de Assistência Técnica (IAT)[8-A]; que*** a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para

a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

[8-A] Comissão Europeia, «Accelerating Permitting for Renewable Energy. 2023 Flagship Technical Support Project-Technical Support Instrument» [Aceleração do licenciamento para energias renováveis, Projeto emblemático de assistência técnica 2023 — Instrumento de assistência técnica], sítio Web da Comissão Europeia, outubro de 2025.

Or. en

Alteração 185
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante ***da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número***	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante ***de inúmeros fatores, como o aumento da financeirização do mercado de arrendamento por parte dos fundos de investimento, que monopolizam uma parte significativa do parque habitacional e levam a rendas mais altas;***; ***a plataformização dos arrendamentos de curta duração, que contribui para o***

de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação ***representa não só um desafio*** social***, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE***; ***que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;***

turismo excessivo em detrimento dos residentes locais e reduz a disponibilidade do parque habitacional para arrendamento, afetando ainda mais os níveis de arrendamento; e a falta de capacidade dos Estados-Membros de investirem adequadamente na habitação social ***e pública e na transição ecológica***;

---

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 186
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído

significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento; ***que os modelos de compra para arrendamento para indivíduos e famílias contribuem para a criação de ativos, permitindo que a riqueza seja transferida para as gerações futuras e reduzindo a dependência do Estado e das transferências sociais;***
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
[8] Ibidem.	[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 187
Irmhild Boßdorf, Volker Schnurrbusch

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7]; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; ***que este congestionamento da procura é ainda agravado pelas alterações demográficas e pela imigração contínua, tanto dentro da UE como proveniente de países terceiros, criando uma pressão adicional significativa no mercado da***

habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8]; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; ***que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;***

habitação, especialmente nos centros urbanos e no segmento de preços mais baixos[6-A]; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7]; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8]; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE;

6-A

https://www.iwkoeln.de/fileadmin/publikationen/2017/325122/IW_Gutachten_2017_Zuwanderung_Grossstaedte_Wohnungsnachfrage.pdf?

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

Or. de

Alteração 188
Klara Dostalova, Julie Rechagneux, Ondřej Knotek, Jaroslav Bžoch, Rachel Blom, Tomáš Kubín

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas

décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;

décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento; ***salienta que as renovações não devem ser reduzidas a objetivos ambientais, devendo também visar a expansão do parque habitacional e a redução dos custos de habitação para os cidadãos;***

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 189
Inese Vaidere

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas

décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;

décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento***, bem como a reconversão de infraestruturas não utilizadas, incluindo em zonas rurais para atrair famílias jovens e, em particular, a renovação das habitações existentes tendo em vista a eficiência energética e a sustentabilidade***;

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 190
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque

habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;

habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento; ***que não existem dados conclusivos a nível da UE sobre o número de habitações devolutas, incluindo as que se encontram detidas para fins especulativos, nem sobre o seu regime de ocupação e utilização prevista;***

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 191
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Inese Vaidere, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que ***a simplificação dos procedimentos burocráticos relacionados com a emissão de licenças de construção é crucial para promover o desenvolvimento da habitação; que*** a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
[8] Ibidem.	[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 192
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8]***; que o planeamento e o licenciamento tendem de facto a ser excessivamente complexos e morosos, agravando a crise habitacional ao atrasar a resposta por parte da oferta***; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
[8] Ibidem.	[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 193
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas

Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE***, restringindo a mobilidade laboral, reduzindo o rendimento disponível, desincentivando o investimento e aumentando as desigualdades regionais***; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
[8] Ibidem.	[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 194

Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ***, com o número de licenças aprovadas para unidades habitacionais a diminuir de 1,99 milhões nesse ano para 1,54 milhões em 2024***; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
[8] Ibidem.	[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 195
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento; ***que, de acordo com a OCDE, existem diferenças significativas na evolução dos preços da habitação entre os Estados-Membros;***
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
[8] Ibidem.	[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 196
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas***; que é necessário promover uma maior utilização das infraestruturas públicas não utilizadas, com vista a construir edifícios de habitação***; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
[8] Ibidem.	[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 197
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que ***a lentidão na concessão de licenças de planeamento urbano leva a atrasos no processo de construção; que*** a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
[8] Ibidem.	[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 198
Barry Cowen, Brigitte van den Berg

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional ***adequado***, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento***, bem como de os Estados-Membros partilharem e adotarem as melhores práticas em matéria de licenciamento***; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
[8] Ibidem.	[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 199
Georgiana Teodorescu, Antonella Sberna, Alessandro Ciriani, Lara Magoni, Nora Junco García

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ***na requalificação de propriedades abandonadas e não utilizadas*** ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção***, a reconversão de habitações não utilizadas*** e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
[8] Ibidem.	[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 200
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a ***principal causa desta crise é a oferta limitada*** do parque habitacional***, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de*** construção ***diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento***; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa ***não só*** um desafio social***, mas também*** uma grave ameaça económica ***para a competitividade da UE***; ***que, por conseguinte, é*** necessário ***aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento***;	D. Considerando que a ***financeirização do setor da habitação, o significativo e crescente défice de investimento em habitação social e acessível, a proliferação de arrendamentos de curta duração para turistas («turistificação»), a assimetria entre a oferta*** do parque habitacional ***e a procura de habitação, bem como o aumento dos custos da energia e dos serviços, agravados por uma*** construção ***envelhecida e energeticamente ineficiente e uma vasta quantidade de habitações vazias públicas e privadas, conduzem à atual crise habitacional, que é exacerbada pela persistente falta de medidas eficazes para a resolução da mesma***; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa um desafio social ***e*** uma grave ameaça económica***, tornando-se*** necessário ***adotar um Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis com vista a garantir o acesso a habitação acessível, sustentável e digna para todos, com base em sistemas e princípios centrados no ser humano, holísticos, sensíveis às questões de género e da juventude, socialmente inclusivos e não discriminatórios***;

[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 201
György Hölvényi, Pál Szekeres

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento***, bem como a utilização de apartamentos existentes vazios e não utilizados***;
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
[8] Ibidem.	[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 202
Martin Hojsík

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que ***a principal causa*** desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que ***, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as*** licenças de construção ***diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8]*** ; que ***esta tendência decrescente*** realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma ***grave*** ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que ***uma das principais causas*** desta crise é a oferta limitada do parque habitacional ***adequado***, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção***, da especulação de preços*** e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que ***as tendências do licenciamento e dos preços variam entre Estados-Membros, sendo que alguns Estados-Membros registaram um aumento dos preços da habitação, apesar do aumento nas*** licenças de construção ***atribuídas***[7]; que esta tendência decrescente realça a necessidade ***de uma melhor recolha de dados,*** de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento***, maximizando simultaneamente o potencial dos espaços industriais abandonados existentes, a fim de reduzir a pressão sobre os terrenos e sobre o respetivo preço***;
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	***[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.***
[8] Ibidem.	

Or. en

Alteração 203
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Inese Vaidere, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica***, de menos entraves burocráticos*** e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
[8] Ibidem.	[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 204
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;	D. Considerando que a principal causa desta crise é a oferta limitada do parque habitacional ***adequado***, tanto privado como público, resultante da insuficiente construção e do subinvestimento ao longo das últimas décadas; que, em 2024, o índice da área construída registou uma nova descida de 1,6 % e que o índice de habitação estagnou[7] ; que, em 2023, as licenças de construção diminuíram 14,6 % para a área construída e 19,6 % para o número de habitações, tendo diminuído significativamente desde 2021[8] ; que esta tendência decrescente realça a necessidade de segurança jurídica e de maior eficiência nos procedimentos de licenciamento; que a crise da acessibilidade dos preços da habitação representa não só um desafio social, mas também uma grave ameaça económica para a competitividade da UE; que, por conseguinte, é necessário aumentar a construção e a renovação de habitações, tanto para venda como para arrendamento;
[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[7] Eurostat, «Building permit index overview» [«Visão geral do índice de licenças de construção»], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
[8] Ibidem.	[8] Ibidem.

Or. en

Alteração 205
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando D-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-A. Considerando que os despejos afetam de forma desproporcionada os grupos e as famílias em risco, incluindo

os agregados familiares com baixos rendimentos e os grupos minoritários, e que, com demasiada frequência, são realizados sem ter em conta o direito fundamental e a dignidade das pessoas em causa; que a habitação é frequentemente a esfera em que as desigualdades são mais visíveis, revelando formas de aporofobia, ou seja, a discriminação com base no estatuto socioeconómico ou na pobreza; que os despejos têm efeitos profundos e duradouros nas pessoas e nas famílias, comprometendo a saúde mental e física, perturbando o acesso à educação, ao emprego e aos serviços de prestação de cuidados, e enraizando os ciclos de pobreza e exclusão social;

Or. en

Alteração 206
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando D-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-A. Considerando que a crise da habitação tem uma natureza dupla que exige uma ação equilibrada e coordenada; que, por um lado, as zonas urbanas enfrentam graves problemas de disponibilidade e de acessibilidade dos preços da habitação, ao passo que, por outro, muitas regiões rurais e periféricas enfrentam o despovoamento e o declínio socioeconómico; que tal exige uma abordagem integrada e territorial capaz de responder de forma coerente a ambas as dimensões;

Or. en

Alteração 207
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando D-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-A. Considerando que um dos principais fatores impulsionadores dos preços da habitação em muitas economias é a procura externa de países com rendimentos médios muito mais elevados e de atividades turísticas; que a Comissão emitiu recomendações específicas por país que incluem controlos das rendas e limites aos arrendamentos de curta duração; que vários Estados-Membros aplicaram esses controlos e limites;

Or. en

Alteração 208
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando D-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-B. Considerando que, em 2024, se registaram 854,1 milhões de dormidas em arrendamento de curta duração na UE[1-A], o que representa um aumento de 18,8 % em comparação com 2023; que, no primeiro trimestre de 2025, os arrendamentos de curta duração prosseguiram esta trajetória ascendente, com um aumento de 4,8 % em comparação com o primeiro trimestre de

2024 e um aumento significativo de 34,5 % em comparação com o primeiro trimestre de 2023; que este crescimento sustentado da atividade de arrendamento de curta duração agrava as pressões em matéria de acessibilidade dos preços em zonas de elevada procura, contribui para a escassez de habitação e coloca desafios às autoridades locais que procuram equilibrar o turismo com o direito dos residentes a uma habitação adequada;

---

*[1-A] **Parlamento Europeu, «The Regulatory Aspects of Short-Term Rentals in the EU» [Os aspetos regulamentares do arrendamento de curta duração na UE], Departamento Temático das Políticas de Transportes, Emprego e Assuntos Sociais, setembro de 2025.***

Or. en

Alteração 209
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando D-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-B. Considerando que as más condições de habitação representam um importante problema de saúde pública na Europa, com mais de 100 000 mortes anuais atribuíveis a habitações precárias e com milhões de pessoas a viver em habitações afetadas por bolores, fugas de água, desconforto térmico, pragas e poluentes perigosos, como o chumbo e o amianto, conduzindo a uma vasta gama de consequências para a saúde física e mental, à redução do bem-estar geral, ao aumento da pressão sobre os sistemas de saúde e a custos económicos substanciais resultantes de doenças evitáveis, perda de produtividade e necessidades de cuidados

continuados;

Or. en

Alteração 210
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando D-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-C. Considerando que 15,5 % da população da UE, em particular os agregados familiares vulneráveis, enfrenta condições de vida inadequadas, como bolores, telhados com fugas, paredes, pavimentos ou fundações húmidas, e uma ventilação inadequada, que comprometem o seu estado de saúde; que uma parte crescente do parque habitacional em várias zonas urbanas e em algumas zonas rurais específicas, como no caso do famoso Caminho de Santiago, foi transformada em arrendamentos de curta duração para turistas («turistificação»), o que resultou na limitação da oferta de habitação, inclusive onde já foi severamente restringida, agravando assim a escassez de habitação a preços acessíveis e de qualidade, limitando a estabilidade de habitação dos inquilinos, fazendo subir os preços para níveis insustentáveis e causando deslocações e gentrificação; que, simultaneamente, outras regiões, entre as zonas mais vulneráveis e as regiões ultraperiféricas, sofrem de uma falta crucial de habitação digna e de recursos insuficientes para fazer face à crise da habitação;

Or. en

Alteração 211

Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando D-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-C. Considerando que os arrendamentos de curta duração continuam altamente concentrados nas zonas centrais e turísticas das grandes cidades europeias, onde têm o impacto mais pronunciado nos mercados imobiliários; que os estudos documentaram que, em determinados bairros de Barcelona, Paris e Roma, os arrendamentos de curta duração representam entre 17 % e 25 % de todas as unidades habitacionais, com picos que atingem 50 % em algumas ruas; que estas concentrações elevadas da atividade de arrendamento de curta duração estão associadas ao declínio da população local, à redução da oferta de arrendamento de longa duração e ao aumento das rendas, contribuindo assim para a inacessibilidade dos preços da habitação e para a deslocação urbana;

Or. en

Alteração 212
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando D-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-D. Considerando que a expansão do arrendamento de curta duração não se limita aos grandes centros urbanos, afetando cada vez mais as zonas costeiras

e insulares, onde a elevada intensidade turística e a oferta limitada de habitação agravam as pressões de acessibilidade dos preços para os residentes locais e os trabalhadores sazonais;

Or. en

Alteração 213
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando D-E (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-E. Considerando que as autoridades nacionais e locais identificaram repetidamente um número substancial de anúncios ilegais ou não conformes, por exemplo, em maio de 2025, o Governo espanhol ordenou a remoção de 66 000 anúncios ilegais de plataformas em linha, ao passo que, em Paris, os funcionários públicos estimam que cerca de 25 000 anúncios violam as regras em vigor; que a persistência de tais práticas compromete a concorrência leal, reduz a disponibilidade de habitação para os residentes e dificulta a aplicação eficaz das políticas locais de habitação;

Or. en

Alteração 214
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando D-F (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-F. Considerando que os dados[1-A] mostram que o mercado do arrendamento de curta duração se tornou cada vez mais profissionalizado e concentrado; que, em dezembro de 2023, a percentagem de anúncios do Airbnb anunciados por anfitriões que gerem mais do que um imóvel («múltiplos anúncios») excedeu 40 % em nove das doze cidades europeias estudadas, atingindo 74 % em Praga; que os estudos indicam que a oferta de arrendamento de curta duração abrange agora desde pequenos proprietários de imóveis até investidores e intervenientes institucionais detentores de vários imóveis, incluindo fundos imobiliários e de pensões internacionais; que esta evolução reflete um processo mais amplo de financeirização da habitação, transformando as habitações em ativos de investimento e contribuindo para novas formas de extração de rendas que agravam a acessibilidade dos preços da habitação;
	[1-A] Parlamento Europeu, «The Regulatory Aspects of Short-Term Rentals in the EU» [Os aspetos regulamentares do arrendamento de curta duração na UE], Departamento Temático das Políticas de Transportes, Emprego e Assuntos Sociais, setembro de 2025.
	Or. en

Alteração 215
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ;	E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ; ***que os atrasos se devem ainda à fragmentação da governação institucional em vários níveis administrativos, à rigidez dos quadros regulamentares e à sobreposição de regras, à capacidade administrativa limitada, aos requisitos técnicos dos órgãos de poder local e regional e aos desafios e recursos judiciais das partes interessadas;***
[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.	[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.
	Or. en

Alteração 216
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que ***a aceleração dos processos de transformação e*** gestão ***dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para***	E. Considerando que ***o processo de*** gestão ***dos solos deve estar em conformidade com o objetivo da UE de ocupação líquida nula de terras até 2050,***

construção ***final***; que ***a atual complexidade e duração dos procedimentos*** de planeamento urbano***, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam*** o desenvolvimento ***de uma nova oferta de habitação***; que***, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à*** utilização dos solos ***e à delimitação de zonas***[9] ;

tal como estabelecido na Estratégia de Proteção do Solo da UE para 2030; que o desenvolvimento e a construção ***de habitações podem contribuir significativamente para a ocupação de terras e para a impermeabilização dos solos, o que deve ser evitado através da priorização da renovação e da reconversão***; que ***processos ineficazes e morosos*** de planeamento urbano***, de delimitação de zonas e de licenciamento podem impedir*** o desenvolvimento ***e a reconversão do parque imobiliário existente***; que ***a fragmentação da governação habitacional e a fraca coordenação limitam as reformas sistémicas; que a ênfase em processos de licenciamento e*** utilização dos solos ***previsíveis, transparentes e eficientes, bem como na coordenação dos diferentes intervenientes no planeamento do desenvolvimento da habitação e das infraestruturas conexas, pode ter um efeito positivo no ambiente operacional***;

---

[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.

Or. en

Alteração 217
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj, Johan Danielsson

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que ***a aceleração dos*** processos de transformação e gestão dos solos ***é crucial*** para garantir a	E. Considerando que ***as necessidades sociais, económicas e ambientais devem ser tidas em conta na tomada de decisões***

disponibilidade de terrenos para construção final; que ***a atual complexidade e duração dos*** procedimentos de planeamento urbano***, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam*** o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura ***decorrem*** de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades***, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas***[9] ;	***sobre a utilização dos solos; que os*** processos de transformação e gestão dos solos ***são cruciais*** para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que ***os*** procedimentos de planeamento urbano ***devem ser adequados para garantir*** o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação ***social e a preços acessíveis; que as decisões relativas à utilização dos solos constituem compromissos a longo prazo cuja reversão pode ser difícil***; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura ***podem decorrer*** de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades***; que os quadros e regulamentos de planeamento também desempenham um papel fundamental na salvaguarda das normas ambientais e na garantia de que a construção de habitações é de elevada qualidade e cumpre os objetivos sociais e de segurança***;
[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.	

Or. en

Alteração 218
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção	E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção

final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ;	final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ; ***que as atuais ineficiências e a falta de reforço das capacidades das administrações públicas conduzem a atrasos desnecessários, restringem a oferta de habitação e aumentam os custos, em particular nas regiões onde a procura de habitação é mais crítica;***
[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.	[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.

Or. en

Alteração 219
Julie Rechagneux, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas	E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final***, o que confirma a necessidade de reconsiderar o objetivo de alcançar a artificialização líquida nula até 2050 incentivado pela estratégia europeia de proteção do solo***; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, ***que resultam geralmente de regras europeias***

cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9];	***desproporcionadas e*** que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9];
[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.	[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.

Or. fr

Alteração 220
Julie Rechagneux, Marie Dauchy, Anne-Sophie Frigout, France Jamet, Mathilde Androuët, Catherine Griset, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Mélanie Disdier, Klara Dostalova, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ;	E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final***, o que confirma a necessidade de reconsiderar o objetivo de atingir uma ocupação líquida nula de terras até 2050, tal como promovido pela estratégia europeia de proteção do solo***; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano***, frequentemente decorrentes de regulamentações europeias desproporcionadas***, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura

	decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ;
[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.	[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.

Or. en

Alteração 221
Georgiana Teodorescu, Antonella Sberna, Lara Magoni, Alessandro Ciriani, Nora Junco García

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ;	E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ; ***que é necessário adaptar os instrumentos e as estruturas de planeamento à evolução das povoações e das redes de transportes, reforçando a coerência entre o desenvolvimento urbano e o planeamento da utilização dos solos;***
[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better	[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better

Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.	Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.

Or. en

Alteração 222
Klara Dostalova, Julie Rechagneux, Ondřej Knotek, Jorge Buxadé Villalba, Jaroslav Bžoch, Rachel Blom, Tomáš Kubín

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ;	E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ; ***sublinha que, embora os condicionalismos geográficos não possam ser eliminados, a burocracia excessiva e a regulamentação redundante podem e devem ser reduzidas para acelerar o desenvolvimento da habitação;***
[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.	[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.

Or. en

Alteração 223

Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Inese Vaidere, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ;	E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9]; ***que a simplificação dos procedimentos é fundamental para melhorar a competitividade do setor e assegurar a oferta de habitação a preços acessíveis;***
[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.	[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.

Or. en

Alteração 224
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Inese Vaidere, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ;	E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final***; que a escassez de terrenos prontos para desenvolvimento constitui um dos principais obstáculos à construção de habitação, incluindo a oferta de habitação a preços acessíveis***; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ;
[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.	[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.

Or. en

Alteração 225
Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de	E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de

uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ;	uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ; ***que a realização de reuniões de pré-planeamento para o planeamento dos candidatos, com resultados publicados, poderia melhorar a transparência e acelerar a evolução da situação;***
[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.	[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.

Or. en

Alteração 226
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ;	E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9]; ***que um sistema***

	de licenciamento simplificado e eficiente pode atenuar substancialmente a crise da habitação;
[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.	[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.
	Or. en

Alteração 227
Martin Hojsík, Brigitte van den Berg

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que ***a aceleração dos processos de transformação e*** gestão dos solos ***é*** crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que ***muitas vezes demoram*** mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ;	E. Considerando que ***assegurar uma utilização eficaz dos solos, incluindo o planeamento para uma densidade de urbanização inteligente, e processos eficazes de*** gestão dos solos ***pode ser*** crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que ***podem demorar*** mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ;
[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.	[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.
	Or. en

Alteração 228
Inese Vaidere

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ;	E. Considerando que a aceleração dos processos de transformação***, incluindo a requalificação de espaços industriais abandonados,*** e gestão dos solos é crucial para garantir a disponibilidade de terrenos para construção final; que a atual complexidade e duração dos procedimentos de planeamento urbano, que muitas vezes demoram mais de uma década, dificultam o desenvolvimento de uma nova oferta de habitação; que, de acordo com a OCDE, estas disparidades na oferta e na procura decorrem de restrições geográficas e regulamentares em muitas cidades, incluindo as relacionadas com as disposições relativas à utilização dos solos e à delimitação de zonas[9] ;
[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.	[9] OCDE, Brick, Brick: Building Better Housing Policies [Tijolo a tijolo: Construir melhores políticas de habitação], Publicações da OCDE, Paris, 2021.

Or. en

Alteração 229
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando E-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	E-A. Considerando que, de acordo com a Agência Europeia do Ambiente (AEA), entre 2012 e 2018, a ocupação líquida de

terras na UE foi de 450 km2 por ano, ocorrendo principalmente em cidades e zonas de deslocação pendular; que a ocupação de terras implica a conversão dos solos em superfícies artificiais, o que prejudica as funções ecológicas valiosas dos solos, conduzindo a ecossistemas menos resilientes, à diminuição do potencial de armazenamento de carbono e de manutenção da biodiversidade, ao aumento do escoamento superficial durante as inundações e ao aumento dos efeitos das vagas de calor nas cidades; que a ocupação de terras também resulta numa redução da qualidade de vida dos indivíduos e dos agregados familiares através da diminuição das funções ecológicas dos solos, bem como da perda direta de áreas naturais para relaxamento, regeneração e atividades ao ar livre;

Or. en

Alteração 230
Georgiana Teodorescu, Antonella Sberna, Alessandro Ciriani, Lara Magoni, Nora Junco García

Proposta de resolução
Considerando E-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	E-A. Considerando que a habitação rural é moldada por desafios amplos e interligados, como as mudanças demográficas, os obstáculos financeiros, as desigualdades espaciais, as rápidas mudanças económicas e a necessidade de transição energética e transformação industrial; que as zonas rurais enfrentam um aumento dos preços da habitação devido à expansão urbana e à procura turística; que os agregados familiares rurais gastam uma percentagem mais elevada dos seus rendimentos em energia do que os agregados familiares urbanos,

devido a edifícios maiores e menos compactos, que são normalmente menos eficientes no aquecimento;

Or. en

Alteração 231
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando E-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	E-A. Considerando que a ocupação líquida de terras nas zonas urbanas funcionais europeias ascendeu a cerca de 450 km2 por ano entre 2012 e 2018, medida pelos métodos de monitorização baseados no CORINE[1-A];
	[1-A] Agência Europeia do Ambiente (AEA), «Net land take in cities and commuting zones in Europe» [Ocupação líquida de terras em cidades e zonas de tráfego suburbano na Europa], sítio web da AEA, março de 2023

Or. en

Alteração 232
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando E-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	E-B. Considerando que a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia estabeleceu que, nas zonas afetadas pela escassez de habitações

para arrendamento, o estabelecimento de mecanismos para regulamentar o arrendamento de curta duração, cujos objetivos são assegurar uma oferta suficiente de unidades habitacionais, uma habitação socialmente diversificada e a manutenção das rendas a um nível acessível, uma vez que a habitação é uma necessidade básica e um direito fundamental, constitui uma razão imperiosa de interesse geral para efeitos do direito da UE;

Or. en

Alteração 233
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando E-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	E-B. Considerando que os investidores imobiliários e os fundos de investimento adquirem cada vez mais terrenos agrícolas na Europa, aumentando os preços dos terrenos[1-A]; que a especulação sobre a utilização dos solos compromete não só o desenvolvimento da oferta de habitação social e a preços acessíveis, mas também dificulta o acesso dos agricultores às terras, em particular dos jovens agricultores;

[1-A] Multidisciplinary Digital Publishing Institute, «Agricultural Land Price Dynamics in Europe: Convergence, Divergence, and Policy Impacts Across EU Member States» [Dinâmica dos preços dos terrenos agrícolas na Europa: convergência, divergência e impactos políticos nos Estados-Membros da UE], sítio Web do MDPI, dezembro de 2024.

Or. en

Alteração 234
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando E-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	E-C. Considerando que, de acordo com o relatório de 2023 da AEA sobre a ocupação líquida de terras na Europa, todos os Estados-Membros converteram mais terras para utilização urbana do que renaturalizaram entre 2012 e 2018; que a maior parte da ocupação de terras ocorreu em zonas urbanas funcionais, sendo a maior parte proveniente de terras aráveis (1 415 km2, ou 47 %) e pastagens (945 km2, ou 36 %);

Or. en

Alteração 235
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando E-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	E-D. Considerando que os dados do Eurostat[1-A] indicam que, entre 2018 e 2022, os terrenos classificados como serviços e outros fins residenciais aumentaram cerca de 4 900 km2 na União, o que equivale a cerca de 1 225 km2 por ano;
	[1-A] Eurostat, «Land use statistics»

[Estatísticas sobre a utilização dos solos], sítio Web do Eurostat, junho de 2025.

Or. en

Alteração 236
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando E-E (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	E-E. Considerando que um relatório recente[1-A] estima que a Europa perdeu anualmente cerca de 1 500 km2 de terrenos naturais e agrícolas entre 2018 e 2023 e que cerca de 40 % desta ocupação de terras foi imputável à construção de zonas residenciais, o que corresponde a uma estimativa de 600 km2 por ano de consumo de terras diretamente relacionadas com a habitação;

[1-A] Arena for Journalism in Europe, «Green to Grey – How Europe is squandering the little nature it has left» [Do verde ao cinzento: como a Europa está a desperdiçar a pouca natureza que lhe resta], sítio web da Arena for Journalism in Europe, outubro de 2025

Or. en

Alteração 237
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando E-F (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	***E-F. Considerando que a falta de acesso a serviços públicos e infraestruturas essenciais está a comprometer cada vez mais a disponibilidade de novas habitações, uma vez que os projetos de habitação não podem ser desenvolvidos em zonas afetadas por um subinvestimento crónico em obras públicas; que o aumento da oferta de habitação social e a preços acessíveis exige um investimento público substancial em infraestruturas essenciais, em particular sistemas hídricos, redes de transportes e de comunicações, a fim de assegurar condições de vida sustentáveis e inclusivas; que o planeamento da habitação e das infraestruturas deve ser coordenado para garantir que as comunidades tenham acesso a serviços públicos de qualidade; que as políticas de habitação devem ser alinhadas com a Estratégia Europeia de Resiliência Hídrica e com os objetivos mais vastos da UE em matéria de infraestruturas, reconhecendo que o acesso seguro à água, à mobilidade e à comunicação é uma condição prévia para comunidades saudáveis e para satisfazer as futuras necessidades de habitação; que o direito à água e ao saneamento foi reconhecido como um direito humano pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 28 de julho de 2010;* Or. en

Alteração 238
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos	F. Considerando que 10,6 % dos

cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio ***e que são necessárias soluções realistas***;	cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10]***; que, atualmente, 75 % do parque imobiliário da UE é ineficiente do ponto de vista energético, sendo que os agregados familiares mais vulneráveis vivem nos edifícios com pior desempenho e sofrem de condições de vida inadequadas, prejudicando assim consideravelmente o seu estado de saúde; que 75 % dos sistemas de aquecimento e arrefecimento na UE são fornecidos por fontes de combustíveis fósseis, que poluem o ar e comprometem as metas climáticas, reforçando simultaneamente a dependência de fornecedores estrangeiros, ameaçando a segurança energética e resultando em preços voláteis; que os edifícios de boa qualidade e energeticamente eficientes, movidos a energias renováveis, oferecem múltiplos benefícios individuais e sociais, como faturas de energia mais baixas, melhores condições de saúde e bem-estar e progressos na consecução das metas em matéria de energia e clima; que esses edifícios maximizam os benefícios sociais e minimizam os custos a longo prazo, ao contrário dos edifícios de baixa qualidade e baixo desempenho, que acarretam elevadas despesas operacionais e pesadas faturas de energia***; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio;
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
	Or. en

Alteração 239
Julie Rechagneux, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Rachel Blom

Proposta de resolução

Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10]; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10]***, devido à política energética europeia; que a inflação dos custos de energia suportados pelos agregados familiares foi agravada pela conjuntura do mercado e pelos mecanismos de fixação dos preços da energia instituídos a nível da UE, nomeadamente o regime de fixação marginal dos preços da eletricidade***; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas***, respeitando o princípio da neutralidade tecnológica e reconhecendo que os Estados-Membros têm matrizes energéticas distintas***;
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

Or. fr

Alteração 240
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj, Johan Danielsson

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023***[10]*** ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e ***que são necessárias*** soluções ***realistas***;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023***; que uma casa acolhedora e segura deve ser um direito e não um privilégio; que a pobreza energética afeta***

desproporcionadamente as mulheres e as crianças; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e ***que a UE deve garantir uma transição energética que não deixe ninguém para trás, com*** soluções ***imediatas e socialmente inclusivas para a pobreza energética***; ***que os agregados familiares vulneráveis devem ser protegidos contra aumentos dos custos de arrendamento ou de habitação que possam resultar de renovações, uma vez que tais aumentos podem conduzir a despejos, deslocações e gentrificação;***

---

[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

Or. en

Alteração 241
Julie Rechagneux, Marie Dauchy, Anne-Sophie Frigout, France Jamet, Mathilde Androuët, Catherine Griset, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Mélanie Disdier, Klara Dostalova, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10]***, como resultado da política energética europeia; que a inflação dos custos energéticos das famílias foi agravada pelo enquadramento de mercado e pelos mecanismos de fixação dos preços da energia estabelecidos a nível da União, em particular o sistema de preços marginais da eletricidade***; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas***, respeitando***

	o princípio da neutralidade tecnológica e reconhecendo a existência de cabazes energéticos diferenciados entre os Estados-Membros;
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.
	Or. en

Alteração 242
Klara Dostalova, Julie Rechagneux, Ondřej Knotek, Jorge Buxadé Villalba, Jaroslav Bžoch, Rachel Blom, Tomáš Kubín

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que ***a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que*** são ***necessárias*** soluções realistas;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que ***esta situação reflete não só pressões socioeconómicas mais amplas, mas também o impacto da regulamentação da UE, que contribuiu para o aumento dos custos da energia e da habitação; que a garantia de energia e aquecimento a preços acessíveis para os agregados familiares e as famílias deve ter prioridade sobre os objetivos puramente ambientais; que*** são ***essenciais*** soluções realistas ***e economicamente sustentáveis , respeitando em simultâneo o direito dos Estados-Membros de escolherem o seu próprio cabaz energético***;
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

Or. en

Alteração 243
Nils Ušakovs

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que ***a eficiência energética extremamente baixa dos grandes edifícios de habitação antigos em muitos centros urbanos, que resulta em custos excessivos de aquecimento, cria desigualdades sociais sistémicas, originando elevadas taxas de atraso no pagamento de serviços públicos, particularmente entre grupos vulneráveis, como agregados familiares monoparentais e pensionistas, que podem gastar um quinto do seu rendimento em habitação; que*** a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas;
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

Or. en

Alteração 244
Irmhild Boßdorf, Volker Schnurrbusch

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes

de aquecer adequadamente as suas casas em 2023***[10]***; que a legislação ***fundamental*** da UE ***tem influência*** neste domínio ***e que são necessárias soluções realistas***;	de aquecer adequadamente as suas casas em 2023; que ***medidas da UE como a Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios (DDEE) e a Diretiva Eficiência Energética (DEE) conduzirão a um agravamento da escassez de habitação, à desvalorização do imobiliário e, consequentemente, a convulsões sociais e económicas; que, por conseguinte,*** a legislação da UE neste domínio ***precisa de ser avaliada de forma realista e adaptada em conformidade***[10-A];
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	***[10-A] https://eeb.org/wp-content/uploads/2025/06/EAHP_Call-for-evidence_EEB-response.pdf?.***

Or. de

Alteração 245
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas; ***que os planos fornecerão informações essenciais para as políticas de habitação, incluindo uma visão geral do parque imobiliário nacional para os diferentes tipos de edifícios e uma descrição das necessidades de investimento e das fontes***

de financiamento para a sua execução;

[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

Or. en

Alteração 246
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas***, tais como a Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios (2024/1275), a Diretiva Eficiência Energética (2023/1791), devido aos seus requisitos técnicos para novas construções, em particular os relacionados com a sustentabilidade, a eficiência energética e a segurança***;
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

Or. en

Alteração 247

Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas; ***que a legislação da UE visa alcançar uma habitação de elevada qualidade e preparada para o futuro, aumentando também substancialmente os custos de construção, que são, em última análise, repercutidos nos compradores e inquilinos;***
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

Or. en

Alteração 248
Georgiana Teodorescu, Antonella Sberna, Alessandro Ciriani, Lara Magoni, Nora Junco García

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que ***a renovação energeticamente eficiente não é atraente para os idosos que são os que mais possuem casas antigas, uma vez que***

	período de retorno do investimento previsto, de 10 a 30 anos, excede a sua esperança de vida; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas;
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

Or. en

Alteração 249
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas; ***que a Diretiva Eficiência Energética revista de 2023 aumenta a meta da UE em matéria de eficiência energética, tornando vinculativo para os países da UE assegurar coletivamente uma redução adicional de 11,7 % do consumo de energia até 2030;***
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

Or. en

Alteração 250
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas; ***que a Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios (DDEE) e a Diretiva Eficiência Energética (DEE) regulam aspetos essenciais da eficiência energética dos edifícios e das habitações;***
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

Or. en

Alteração 251
Inese Vaidere

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; ***problema que é especialmente significativo em regiões com climas frios, parque habitacional envelhecido e elevada dependência energética, onde a***

	pobreza energética é impulsionada por fatores estruturais; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas;
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

Or. en

Alteração 252
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções ***realistas***;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções ***ambiciosas para lançar a vaga de renovação em larga escala para combater a pobreza energética, que afeta um número crescente de pessoas, bem como para atingir os objetivos europeus neste domínio;***;
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

Or. en

Alteração 253
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas; ***que todos os países da UE têm de elaborar um projeto de plano nacional de renovação de edifícios até 31 de dezembro de 2025;***
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

Or. en

Alteração 254
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Inese Vaidere, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio e que são necessárias soluções realistas; ***que a rapidez e o nível das renovações***

	continuam a ser insatisfatórios;
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

Or. en

Alteração 255
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Oihane Agirregoitia Martínez

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que ***a legislação fundamental da UE tem influência neste domínio*** e ***que são necessárias*** soluções realistas;	F. Considerando que 10,6 % dos cidadãos da UE declararam ser incapazes de aquecer adequadamente as suas casas em 2023[10] ; que ***a pobreza energética é um problema que afeta todos os Estados-Membros e que requer investimento adequado*** e soluções realistas ***a nível da UE, nacional e local***;
[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.	[10] Eurostat, «SDG 7 — Sustainable and clean energy» [«ODS7 — Energias Renováveis e Acessíveis], sítio Web do Eurostat, abril de 2025.

Or. en

Alteração 256
Nils Ušakovs

Proposta de resolução
Considerando F-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-A. Considerando que, na Europa Central e Oriental, a maioria do parque

habitacional foi construída durante a era soviética e que os municípios e as regiões da Europa Central e Oriental enfrentam o duplo desafio de construir novas habitações e renovar, ou pelo menos isolar, o parque habitacional existente; que um das principais problemas relativos a estas habitações da era soviética é a sua baixa eficiência energética; que uma grande parte destes edifícios não atinge normas modernas de desempenho energético, o que resulta em custos de aquecimento excessivos; que esta situação cria desigualdades sociais, uma vez que as pessoas com rendimentos mais elevados que residem em edifícios mais recentes pagam menos pela habitação do que as pessoas com baixos rendimentos, afetando particularmente os grupos vulneráveis, como as famílias monoparentais e os pensionistas sós;

Or. en

Alteração 257
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Considerando F-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-A. Considerando que, em 2023, 14,5 milhões de crianças na Europa viviam em casas com fugas, humidade ou bolores;

Or. en

Alteração 258
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Considerando F-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-B. Considerando que a OMS salientou que 154 000 europeus morrem prematuramente todos os anos devido à má qualidade do ar interior que afeta as condições respiratórias e a qualidade de vida em geral;

Or. en

Alteração 259
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík

Proposta de resolução
Considerando F-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-C. Considerando que os edifícios representam 40 % do consumo final de energia na União e 36 % das emissões de gases com efeito de estufa relacionadas com a energia, que a descarbonização do setor da habitação é fundamental para alcançar as metas da UE em matéria de energia e clima, bem como para assegurar custos energéticos acessíveis para os agregados familiares;

Or. en

Alteração 260
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que a habitação está sujeita a uma carga fiscal excessiva, com a taxa marginal efetiva de imposto[11] sobre	***Suprimido***

a habitação ocupada pelos proprietários a representar até 30 % em alguns Estados-Membros[12] ;

---

[11] Millar-Powell, B. e o., Measuring effective taxation of housing: Building the foundations for policy reform [Medindo a tributação efetiva da habitação: Construir as bases para a reforma política], OECD Taxation Working Papers, n.º 56, Publicações da OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/0a7e36f2-en.

[12] Instituto de Estudios Económicos, «La fiscalidad de la vivienda en España — Una propuesta de mejora» [«A tributação da habitação em Espanha — Uma proposta de melhoria»], sítio Web do Instituto de Estudios Económicos, maio de 2025.

Or. en

Alteração 261
Johan Danielsson

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que a habitação está sujeita a uma carga fiscal excessiva, com a taxa marginal efetiva de imposto[11] sobre a habitação ocupada pelos proprietários a representar até 30 % em alguns Estados-Membros[12] ;	***Suprimido***

---

[11] Millar-Powell, B. e o., Measuring effective taxation of housing: Building the foundations for policy reform [Medindo a tributação efetiva da habitação: Construir as bases para a reforma política], OECD Taxation Working Papers, n.º 56, Publicações da OCDE, Paris,

https://doi.org/10.1787/0a7e36f2-en.

[12] Instituto de Estudios Económicos, «La fiscalidad de la vivienda en España — Una propuesta de mejora» [«A tributação da habitação em Espanha — Uma proposta de melhoria»], sítio Web do Instituto de Estudios Económicos, maio de 2025.

Or. en

Alteração 262
Klara Dostalova, Julie Rechagneux, Ondřej Knotek, Jorge Buxadé Villalba, Jaroslav Bžoch, Rachel Blom, Tomáš Kubín

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que a habitação está sujeita a uma carga fiscal excessiva, com a taxa marginal efetiva de imposto[11] sobre a habitação ocupada pelos proprietários a representar até 30 % em alguns Estados-Membros***[12]*** ;	G. Considerando que a habitação está sujeita a uma carga fiscal excessiva , com a taxa marginal efetiva de imposto[11] sobre a habitação ocupada pelos proprietários a representar até 30 % em alguns Estados-Membros***[12]*** ; ***que uma tributação tão elevada desencoraja particularmente as famílias jovens de adquirirem a sua primeira casa, agravando assim os desafios demográficos; que a habitação ocupada pelos proprietários é uma pedra angular da estabilidade da família e da comunidade e não deve ser penalizada do ponto de vista fiscal; que a política fiscal deve continuar a ser da competência exclusiva dos Estados-Membros e que a UE deve abster-se de qualquer tentativa de harmonização neste domínio;***
[11] Millar-Powell, B. e o., Measuring effective taxation of housing: Building the foundations for policy reform [Medindo a tributação efetiva da habitação: Construir as bases para a reforma política], OECD Taxation Working Papers, n.º 56, Publicações da OCDE, Paris,	[11] Millar-Powell, B. e o., Measuring effective taxation of housing: Building the foundations for policy reform [Medindo a tributação efetiva da habitação: Construir as bases para a reforma política], OECD Taxation Working Papers, n.º 56, Publicações da OCDE, Paris,

https://doi.org/10.1787/0a7e36f2-en.

[12] Instituto de Estudios Económicos, «La fiscalidad de la vivienda en España — Una propuesta de mejora» [«A tributação da habitação em Espanha — Uma proposta de melhoria»], sítio Web do Instituto de Estudios Económicos, maio de 2025.

https://doi.org/10.1787/0a7e36f2-en.

[12] Instituto de Estudios Económicos, «La fiscalidad de la vivienda en España — Una propuesta de mejora» [«A tributação da habitação em Espanha — Uma proposta de melhoria»], sítio Web do Instituto de Estudios Económicos, maio de 2025.

Or. en

Alteração 263
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que a habitação está sujeita a uma carga fiscal excessiva, com a taxa marginal efetiva de imposto[11] sobre a habitação ocupada pelos proprietários a representar até 30 % em alguns Estados-Membros[12] ;	G. Considerando que a habitação está sujeita a uma carga fiscal excessiva, com a taxa marginal efetiva de imposto[11] sobre a habitação ocupada pelos proprietários a representar até 30 % em alguns Estados-Membros[12] ; ***que a aquisição de terrenos pode representar cerca de 40 % do preço final de compra de uma casa na Europa Ocidental e até 60 % do preço final de compra nas zonas mais frequentadas;***

[11] Millar-Powell, B. e o., Measuring effective taxation of housing: Building the foundations for policy reform [Medindo a tributação efetiva da habitação: Construir as bases para a reforma política], OECD Taxation Working Papers, n.º 56, Publicações da OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/0a7e36f2-en.

[12] Instituto de Estudios Económicos, «La fiscalidad de la vivienda en España — Una propuesta de mejora» [«A tributação da habitação em Espanha — Uma proposta de

[11] Millar-Powell, B. e o., Measuring effective taxation of housing: Building the foundations for policy reform [Medindo a tributação efetiva da habitação: Construir as bases para a reforma política], OECD Taxation Working Papers, n.º 56, Publicações da OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/0a7e36f2-en.

[12] Instituto de Estudios Económicos, «La fiscalidad de la vivienda en España — Una propuesta de mejora» [«A tributação da habitação em Espanha — Uma proposta de

melhoria»], sítio Web do Instituto de Estudios Económicos, maio de 2025.

melhoria»], sítio Web do Instituto de Estudios Económicos, maio de 2025.

Or. en

Alteração 264
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut, Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que a habitação está sujeita a uma carga fiscal excessiva, com a taxa marginal efetiva de imposto[11] sobre a habitação ocupada pelos proprietários a representar até 30 % em alguns Estados-Membros[12] ;	G. Considerando que a habitação está sujeita a uma carga fiscal excessiva, com a taxa marginal efetiva de imposto[11] sobre a habitação ocupada pelos proprietários a representar até 30 % em alguns Estados-Membros[12] ; ***que a redução da carga fiscal sobre a habitação a preços acessíveis pode melhorar o acesso das famílias a habitações de qualidade;***
[11] Millar-Powell, B. e o., Measuring effective taxation of housing: Building the foundations for policy reform [Medindo a tributação efetiva da habitação: Construir as bases para a reforma política], OECD Taxation Working Papers, n.º 56, Publicações da OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/0a7e36f2-en.	[11] Millar-Powell, B. e o., Measuring effective taxation of housing: Building the foundations for policy reform [Medindo a tributação efetiva da habitação: Construir as bases para a reforma política], OECD Taxation Working Papers, n.º 56, Publicações da OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/0a7e36f2-en.
[12] Instituto de Estudios Económicos, «La fiscalidad de la vivienda en España — Una propuesta de mejora» [«A tributação da habitação em Espanha — Uma proposta de melhoria»], sítio Web do Instituto de Estudios Económicos, maio de 2025.	[12] Instituto de Estudios Económicos, «La fiscalidad de la vivienda en España — Una propuesta de mejora» [«A tributação da habitação em Espanha — Uma proposta de melhoria»], sítio Web do Instituto de Estudios Económicos, maio de 2025.

Or. en

Alteração 265

Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Marco Falcone, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que a habitação está sujeita a uma carga fiscal excessiva, com a taxa marginal efetiva de imposto[11] sobre a habitação ocupada pelos proprietários a representar até 30 % em alguns Estados-Membros[12] ;	G. Considerando que a habitação está sujeita a uma carga fiscal excessiva, com a taxa marginal efetiva de imposto[11] sobre a habitação ocupada pelos proprietários a representar até 30 % em alguns Estados-Membros[12] ***, reduzindo assim os incentivos ao investimento privado na habitação***;
[11] Millar-Powell, B. e o., Measuring effective taxation of housing: Building the foundations for policy reform [Medindo a tributação efetiva da habitação: Construir as bases para a reforma política], OECD Taxation Working Papers, n.º 56, Publicações da OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/0a7e36f2-en.	[11] Millar-Powell, B. e o., Measuring effective taxation of housing: Building the foundations for policy reform [Medindo a tributação efetiva da habitação: Construir as bases para a reforma política], OECD Taxation Working Papers, n.º 56, Publicações da OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/0a7e36f2-en.
[12] Instituto de Estudios Económicos, «La fiscalidad de la vivienda en España — Una propuesta de mejora» [«A tributação da habitação em Espanha — Uma proposta de melhoria»], sítio Web do Instituto de Estudios Económicos, maio de 2025.	[12] Instituto de Estudios Económicos, «La fiscalidad de la vivienda en España — Una propuesta de mejora» [«A tributação da habitação em Espanha — Uma proposta de melhoria»], sítio Web do Instituto de Estudios Económicos, maio de 2025.

Or. en

Alteração 266
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que a habitação está sujeita a uma carga fiscal ***excessiva***, com a taxa marginal efetiva de imposto[11] sobre a habitação ocupada pelos proprietários a representar até 30 % em alguns Estados-Membros[12] ;	G. Considerando que a habitação está sujeita a uma carga fiscal ***necessária para a participação na comunidade***, com a taxa marginal efetiva de imposto[11] sobre a habitação ocupada pelos proprietários a representar até 30 % em alguns Estados-Membros[12] ;
[11] Millar-Powell, B. e o., Measuring effective taxation of housing: Building the foundations for policy reform [Medindo a tributação efetiva da habitação: Construir as bases para a reforma política], OECD Taxation Working Papers, n.º 56, Publicações da OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/0a7e36f2-en.	[11] Millar-Powell, B. e o., Measuring effective taxation of housing: Building the foundations for policy reform [Medindo a tributação efetiva da habitação: Construir as bases para a reforma política], OECD Taxation Working Papers, n.º 56, Publicações da OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/0a7e36f2-en.
[12] Instituto de Estudios Económicos, «La fiscalidad de la vivienda en España — Una propuesta de mejora» [«A tributação da habitação em Espanha — Uma proposta de melhoria»], sítio Web do Instituto de Estudios Económicos, maio de 2025.	[12] Instituto de Estudios Económicos, «La fiscalidad de la vivienda en España — Una propuesta de mejora» [«A tributação da habitação em Espanha — Uma proposta de melhoria»], sítio Web do Instituto de Estudios Económicos, maio de 2025.

Or. en

Alteração 267
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Oihane Agirregoitia Martínez, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que a habitação está sujeita a uma carga fiscal excessiva, com a taxa marginal efetiva de imposto[11] sobre a habitação ocupada pelos proprietários a representar até 30 % em alguns Estados-Membros[12] ;	G. Considerando que a habitação está sujeita a uma carga fiscal excessiva ***para os agregados familiares***, com a taxa marginal efetiva de imposto[11] sobre a habitação ocupada pelos proprietários a representar até 30 % em alguns Estados-Membros[12] ;
[11] Millar-Powell, B. e o., Measuring effective taxation of housing: Building the	[11] Millar-Powell, B. e o., Measuring effective taxation of housing: Building the

foundations for policy reform [Medindo a tributação efetiva da habitação: Construir as bases para a reforma política], OECD Taxation Working Papers, n.º 56, Publicações da OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/0a7e36f2-en.

[12] Instituto de Estudios Económicos, «La fiscalidad de la vivienda en España — Una propuesta de mejora» [«A tributação da habitação em Espanha — Uma proposta de melhoria»], sítio Web do Instituto de Estudios Económicos, maio de 2025.

foundations for policy reform [Medindo a tributação efetiva da habitação: Construir as bases para a reforma política], OECD Taxation Working Papers, n.º 56, Publicações da OCDE, Paris, https://doi.org/10.1787/0a7e36f2-en.

[12] Instituto de Estudios Económicos, «La fiscalidad de la vivienda en España — Una propuesta de mejora» [«A tributação da habitação em Espanha — Uma proposta de melhoria»], sítio Web do Instituto de Estudios Económicos, maio de 2025.

Or. en

Alteração 268
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando G-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	G-A. Considerando que a Comissão Europeia[1-A], a OCDE[1-B] e o FMI[1-C] sublinharam a necessidade de reformas do imposto sobre imóveis para melhorar a sua eficiência e equidade; que estas instituições observam que uma tributação dos imóveis bem concebida pode reforçar a estabilidade financeira e reduzir as distorções nos mercados imobiliários;

[1-A] Comissão Europeia, «Taxation of Residential Property in the Euro Area with a View to Growth, Equality and Environmental Sustainability» [Tributação de imóveis residenciais na zona euro com vista ao crescimento, à igualdade e à sustentabilidade ambiental], sítio web da Comissão Europeia, janeiro de 2022

[1-B] OCDE, «The Political Economy of

Property Tax Reform» [A economia política da reforma do imposto sobre imóveis], Documentos de trabalho da OCDE sobre federalismo orçamental n.º 18, sítio web da OCDE, janeiro de 2014

[1-C] FMI, «Taxing Immovable Property: Revenue Potential and Implementation Challenges» [Tributação de bens imóveis, potencial de receitas e desafios de implementação], biblioteca eletrónica do FMI, maio de 2013.

Or. en

Alteração 269
Ciaran Mullooly, Brigitte van den Berg

Proposta de resolução
Considerando G-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	G-A. Considerando que incentivos fiscais equilibrados, como a redução dos impostos para os compradores de primeira habitação, podem ajudar a melhorar a acessibilidade dos preços da habitação;

Or. en

Alteração 270
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia	H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia

de COVID-19[13] , e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro;	de COVID-19[13] , e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro; ***que o índice de preços na construção é um indicador do ciclo económico da UE que mede os preços das atividades de construção de novos edifícios residenciais e é complementado pelo índice de custos da construção, que inclui os custos de materiais, mão de obra, equipamento e energia;[13-B]***
[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.	[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024. ***[13-B] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.***

Or. en

Alteração 271
Klara Dostalova, Julie Rechagneux, Ondřej Knotek, Jorge Buxadé Villalba, Jaroslav Bžoch, Rachel Blom, Tomáš Kubín

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] , e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos	H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] , e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos

preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro;	preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro; ***que o aumento dos custos também foi impulsionado por uma regulamentação excessiva da UE e por normas de construção complexas, que aumentam os encargos para o setor; que deve ser dada prioridade à garantia da acessibilidade dos preços da habitação para os cidadãos, mesmo que tal exija ajustamentos pragmáticos da legislação ambiental;***
[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.	[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.

Or. en

Alteração 272
Julie Rechagneux, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13], e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra ***e ao aumento das taxas de juro***;	H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13], e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, ***dos custos dos materiais e das taxas de juro,*** à escassez de mão de obra***, a uma dependência excessiva das importações não europeias e à intensificação dos comportamentos especulativos nos mercados imobiliários europeus, imputáveis, em parte, a fundos de investimento não europeus***;

[13] Eurostat. Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.

[13] Eurostat. Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.

Or. fr

Alteração 273
Irmhild Boßdorf, Volker Schnurrbusch

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que ***os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13], e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia***, o que ***conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro***;	H. Considerando que ***as sanções impostas à Rússia no contexto do conflito na Ucrânia tiveram um impacto significativo nos mercados europeus e internacionais, em especial nos setores da energia e das matérias-primas***, o que ***contribuiu para novos aumentos dos preços, uma escassez de determinados materiais e um*** aumento ***generalizado dos custos de construção e de produção na União Europeia[13-A]***;
[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.	***[13-A] https://www.europarl.europa.eu/thinktank/pt/document/EPRS_BRI(2024)757783.***

Or. de

Alteração 274

Julie Rechagneux, Marie Dauchy, Anne-Sophie Frigout, France Jamet, Mathilde Androuët, Catherine Griset, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Mélanie Disdier, Klara Dostalova, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] , e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra ***e ao aumento das taxas de juro***;	H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] , e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, ***dos custos de materiais e das taxas de juro,*** à escassez de mão de obra ***, a uma dependência excessiva face às importações extraeuropeias, bem como à intensificação de comportamentos especulativos nos mercados imobiliários europeus, parcialmente atribuível aos fundos de investimento extraeuropeus***;
[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.	[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.

Or. en

Alteração 275
Oihane Agirregoitia Martínez

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] , e foram ainda agravados	H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] , e foram ainda agravados

pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro;	pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro; ***que o aumento acentuado do custo dos materiais de construção e da energia é particularmente acentuado nas zonas remotas, em particular nas regiões ultraperiféricas;***
[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.	[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.

Or. es

Alteração 276
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] , e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro;	H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] , e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro; ***que o setor da construção contribui para cerca de 9 % do PIB da UE[13-A]***
[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and	[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and

construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.	construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024. ***[13-A] Comissão Europeia, «Internal Market, Industry, Entrepreneurship and SMEs- Construction sector», [Mercado interno, Indústria, Empreendedorismo e PME — Setor da construção], Comissão Europeia, outubro de 2025***
	Or. en

Alteração 277
Martin Hojsík

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] , e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro;	H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] , e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro; ***que o investimento na modernização do parque habitacional existente é a forma mais eficaz em termos de custos de poupar energia e reduzir as faturas de energia dos agregados familiares;***
[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.	[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.
	Or. en

Alteração 278
Georgiana Teodorescu, Antonella Sberna, Alessandro Ciriani, Lara Magoni, Nora Junco García

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] , e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro;	H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] ***, afetando vários setores da economia, como, por exemplo, a construção***, e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro;
[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.	[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.

Or. en

Alteração 279
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] , e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na	H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] , e foram ainda agravados pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o que conduziu a perturbações na

cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro;	cadeia de abastecimento ***dos materiais de construção***, ao aumento dos preços da energia ***e dos materiais de construção***, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro;
[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.	[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.
	Or. en

Alteração 280
Volker Schnurrbusch

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] , e foram ainda agravados pela guerra ***de agressão da Rússia*** contra ***a Ucrânia***, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro;	H. Considerando que os custos de construção aumentaram acentuadamente a partir de 2021, na sequência da pandemia de COVID-19[13] , e foram ainda agravados pela guerra ***na Ucrânia e os impactos negativos das sanções impostas pela UE***contra ***a Rússia***, o que conduziu a perturbações na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia, à escassez de mão de obra e ao aumento das taxas de juro;
[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.	[13] Eurostat: Statistics Explained, «Construction producer price and construction cost index overview» [«Visão geral do índice de preços no produtor e do custo da construção»], sítio Web do Eurostat, outubro de 2024.
	Or. en

Alteração 281
Julie Rechagneux, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando H-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-A. Considerando que o aumento dos custos dos materiais e das operações de construção também pode ser atribuído, em parte, aos requisitos ambientais e energéticos introduzidos a nível da UE, em particular no âmbito do pacote Objetivo 55, da taxonomia ecológica e da Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios (DDEE), que aumentam a exigência das normas de desempenho em matéria de isolamento, emissões e renovação e aumentam os custos de conformidade; que é necessário reduzir a dependência da UE das importações de matérias-primas, apoiando a relocalização no território europeu das atividades extrativas e de transformação, a fim de estabilizar os custos e garantir a segurança das cadeias de abastecimento no setor da construção;

Or. fr

Alteração 282
Julie Rechagneux, Marie Dauchy, Anne-Sophie Frigout, France Jamet, Mathilde Androuët, Catherine Griset, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Mélanie Disdier, Klara Dostalova, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando H-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-A. Considerando que o aumento dos custos dos materiais e da construção também é parcialmente atribuível aos requisitos ambientais e energéticos estabelecidos a nível da União, em particular no âmbito do pacote Objetivo

55, da taxonomia ecológica e da Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios (DDEE), que reforçam as normas de desempenho em termos de isolamento, emissões e renovação, e aumentam os custos de conformidade; que é necessário reduzir a dependência da União das importações de matérias-primas, apoiando a relocalização, no território europeu, das atividades de extração e transformação, a fim de estabilizar os custos e garantir as cadeias de abastecimento do setor da construção;

Or. en

Alteração 283
Leila Chaibi, Irene Montero, Ilaria Salis, Martin Schirdewan, Manon Aubry, Arash Saeidi, Anthony Smith, Giorgos Georgiou, Estrella Galán, Damien Carême, Rima Hassan, Younous Omarjee, Marina Mesure, Catarina Martins, Emma Fourreau, Gaetano Pedulla'

Proposta de resolução
Considerando H-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-A. Considerando que a pandemia de COVID-19 conduziu indiretamente, em toda a Europa, a uma diminuição temporária das rendas devido à interrupção do turismo e, por conseguinte, ao regresso ao mercado de arrendamento de longa duração dos imóveis anteriormente dedicados ao arrendamento de curta duração;

Or. en

Alteração 284
Georgiana Teodorescu, Antonella Sberna, Alessandro Ciriani, Lara Magoni, Nora Junco García

Proposta de resolução
Considerando H-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-A. Considerando que a melhoria da eficiência energética dos edifícios representa uma oportunidade industrial, mas que a dependência de componentes de países terceiros resulta numa vulnerabilidade estratégica e na perda de valor acrescentado;

Or. en

Alteração 285
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj, Johan Danielsson

Proposta de resolução
Considerando I

Proposta de resolução	*Alteração*
I. Considerando que, apesar de alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda ***8,3 %*** inferiorà registada em 2007[14] ; que a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através da digitalização das licenças e dos procedimentos administrativos, da robotização, da inteligência artificial, da construção modular e fora do local ***e*** da construção em série e industrial, entre outras medidas;	I. Considerando que, apesar de alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda ***8,3 %*** inferior à registada em 2007; que ***a sustentabilidade ambiental e social,*** a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através ***da melhoria das condições de trabalho no setor da construção, normas mais rigorosas em matéria de saúde e segurança,*** da digitalização das licenças e dos procedimentos administrativos, da robotização, da inteligência artificial, da construção modular e fora do local***,*** da construção em série e industrial, entre outras medidas***, reconhecendo que empregos de qualidade com condições de trabalho justas e seguras são essenciais para o desenvolvimento de habitação sustentável e de elevada qualidade*** ; ***que a tecnologia, existente ou nova, não deve comprometer os direitos dos trabalhadores ou as convenções coletivas,***

devendo, em vez disso, reforçar a segurança e as condições de trabalho;

[14] Eurostat, «Key figures on European business — Construction» [«Principais indicadores sobre as empresas europeias — Construção»], sítio Web do Eurostat, junho de 2022.

Or. en

Alteração 286
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando I

Proposta de resolução	*Alteração*
I. Considerando que, apesar de alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda 8,3 % inferior à registada em 2007[14] ; que a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através da digitalização das licenças e dos procedimentos administrativos, da robotização, da inteligência artificial, da construção modular e fora do local e da construção em série e industrial, entre outras medidas;	I. Considerando que, apesar de alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda 8,3 % inferior à registada em 2007[14] ; que a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através da digitalização das licenças e dos procedimentos administrativos, da robotização, da inteligência artificial, da construção modular e fora do local e da construção em série e industrial, entre outras medidas; ***que existe uma lacuna em matéria de inovação no setor da construção da UE, com apenas 6.5 % das empresas a serem líderes de mercado em inovação, enquanto 75,9 % das empresas de construção não inovam;[14-A]***
[14] Eurostat, «Key figures on European business — Construction» [«Principais indicadores sobre as empresas europeias — Construção»], sítio Web do Eurostat, junho	[14] Eurostat, «Key figures on European business — Construction» [«Principais indicadores sobre as empresas europeias — Construção»], sítio Web do Eurostat, junho

de 2022.

de 2022.

[14-A] ***Grupo do Banco Europeu de Investimento, «Invested in housing- How innovation is improving construction» [Investido na habitação — como a inovação está a melhorar a construção], sítio web do Grupo do Banco Europeu de Investimento, junho de 2025.***

Or. en

Alteração 287
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando I

Proposta de resolução	*Alteração*
I. Considerando que, apesar de alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda 8,3 % inferior à registada em 2007[14] ; que a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através da digitalização ***das licenças*** e ***dos*** procedimentos administrativos, da robotização, da inteligência artificial, da construção modular e fora do local e da construção em série e industrial, entre outras medidas;	I. Considerando que, apesar de alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda 8,3 % inferior à registada em 2007[14] ; que a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através da digitalização ***e de um balcão único para as licenças*** e ***os*** procedimentos administrativos, da robotização, da inteligência artificial, da construção modular e fora do local e da construção em série e industrial, entre outras medidas; ***que o pré-fabrico industrial, por si só, pode reduzir o tempo de construção em 20-50 % e, por conseguinte, as perturbações associadas, bem como gerar poupanças significativas de energia e de custos;***
[14] Eurostat, «Key figures on European business — Construction» [«Principais indicadores sobre as empresas europeias — Construção»], sítio Web do Eurostat, junho de 2022.	[14] Eurostat, «Key figures on European business — Construction» [«Principais indicadores sobre as empresas europeias — Construção»], sítio Web do Eurostat, junho de 2022.

Or. en

Alteração 288
Oihane Agirregoitia Martínez

Proposta de resolução
Considerando I

Proposta de resolução	*Alteração*
I. Considerando que, apesar de alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda 8,3 % inferior à registada em 2007[14] ; que a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através da digitalização das licenças e dos procedimentos administrativos, da robotização, da inteligência artificial, da construção modular e fora do local e da construção em série e industrial, entre outras medidas;	I. Considerando que, apesar de alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda 8,3 % inferior à registada em 2007[14] ; que a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através da digitalização das licenças e dos procedimentos administrativos, da robotização, da inteligência artificial, da construção modular e fora do local e da construção em série e industrial, entre outras medidas; ***que a utilização eficiente do espaço urbano e a densidade das cidades, juntamente com a escassez de habitação, podem ser atenuadas, nomeadamente, através de práticas de construção inovadoras;***
[14] Eurostat, «Key figures on European business — Construction» [«Principais indicadores sobre as empresas europeias — Construção»], sítio Web do Eurostat, junho de 2022.	[14] Eurostat, «Key figures on European business — Construction» [«Principais indicadores sobre as empresas europeias — Construção»], sítio Web do Eurostat, junho de 2022.

Or. es

Alteração 289
Klara Dostalova, Julie Rechagneux, Ondřej Knotek, Jorge Buxadé Villalba, Jaroslav Bžoch, Rachel Blom, Tomáš Kubín

Proposta de resolução
Considerando I

Proposta de resolução	*Alteração*
I. Considerando que, apesar de	I. Considerando que, apesar de

alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda 8,3 % inferior à registada em 2007[14] ; que a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através da digitalização das licenças e dos procedimentos administrativos, da robotização, da inteligência artificial, da construção modular e fora do local e da construção em série e industrial, ***entre outras medidas***;	alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda 8,3 % inferior à registada em 2007[14] ; que a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através da digitalização das licenças e dos procedimentos administrativos, da robotização, da inteligência artificial, da construção modular e fora do local e da construção em série e industrial, ***desde que essas inovações sejam acessíveis às PME e aos artesãos***; ***que as novas tecnologias devem ser encaradas como um instrumento para alcançar uma habitação a preços acessíveis, e não como um fim em si mesmas;***
[14] Eurostat, «Key figures on European business — Construction» [«Principais indicadores sobre as empresas europeias — Construção»], sítio Web do Eurostat, junho de 2022.	[14] Eurostat, «Key figures on European business — Construction» [«Principais indicadores sobre as empresas europeias — Construção»], sítio Web do Eurostat, junho de 2022.

Or. en

Alteração 290
Brigitte van den Berg, Barry Cowen, Martin Hojsík, Oihane Agirregoitia Martínez, Ciaran Mullooly

Proposta de resolução
Considerando I

Proposta de resolução	*Alteração*
I. Considerando que, apesar de alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda 8,3 % inferior à registada em 2007[14] ; que a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através da digitalização das licenças e dos procedimentos administrativos, da robotização, da inteligência artificial, da construção modular e fora do local e da construção em	I. Considerando que, apesar de alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda 8,3 % inferior à registada em 2007[14] ; que a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através da digitalização das licenças e dos procedimentos administrativos***, bem como de processos administrativos mais simplificados em geral***, da robotização, da inteligência

série e industrial, entre outras medidas;

[14] Eurostat, «Key figures on European business — Construction» [«Principais indicadores sobre as empresas europeias — Construção»], sítio Web do Eurostat, junho de 2022.

artificial, da construção modular e fora do local e da construção em série e industrial, entre outras medidas;

[14] Eurostat, «Key figures on European business — Construction» [«Principais indicadores sobre as empresas europeias — Construção»], sítio Web do Eurostat, junho de 2022.

Or. en

Alteração 291
György Hölvényi, Pál Szekeres, Julie Rechagneux

Proposta de resolução
Considerando I

Proposta de resolução	*Alteração*
I. Considerando que, apesar de alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda 8,3 % inferior à registada em 2007[14] ; que a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através da digitalização das licenças e dos procedimentos administrativos, da robotização, da inteligência artificial, da construção modular e fora do local ***e da*** construção em série e industrial, entre outras medidas;	I. Considerando que, apesar de alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda 8,3 % inferior à registada em 2007[14] ; que a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através da digitalização das licenças e dos procedimentos administrativos, da robotização, da inteligência artificial, da construção modular e fora do local***, e que a*** construção em série e industrial ***pode ser melhorada através de inovações novas e mais energeticamente eficientes***, entre outras medidas;

[14] Eurostat, «Key figures on European business — Construction» [«Principais indicadores sobre as empresas europeias — Construção»], sítio Web do Eurostat, junho de 2022.

[14] Eurostat, «Key figures on European business — Construction» [«Principais indicadores sobre as empresas europeias — Construção»], sítio Web do Eurostat, junho de 2022.

Or. en

Alteração 292
Barry Cowen, Brigitte van den Berg

Proposta de resolução
Considerando I

Proposta de resolução	*Alteração*
I. Considerando que, apesar de alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda 8,3 % inferior à registada em 2007[14] ; que a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através da digitalização das licenças e ***dos*** procedimentos administrativos, da robotização, da inteligência artificial, da construção modular e fora do local e da construção em série e industrial, entre outras medidas;	I. Considerando que, apesar de alguma recuperação desde então, a produção no setor da construção em 2019 foi ainda 8,3 % inferior à registada em 2007[14] ; que a produtividade, a eficiência e a relação custo-eficácia podem ser melhoradas através da digitalização das licenças e ***de*** procedimentos administrativos ***mais simplificados***, ***para além*** da robotização, da inteligência artificial, da construção modular e fora do local e da construção em série e industrial, entre outras medidas;
[14] Eurostat, «Key figures on European business — Construction» [«Principais indicadores sobre as empresas europeias — Construção»], sítio Web do Eurostat, junho de 2022.	[14] Eurostat, «Key figures on European business — Construction» [«Principais indicadores sobre as empresas europeias — Construção»], sítio Web do Eurostat, junho de 2022.

Or. en

Alteração 293
Aodhán Ó Ríordáin, Andreas Schieder, Gabriele Bischoff, Alicia Homs Ginel, Marit Maij, Nora Mebarek, Isilda Gomes, Joanna Scheuring-Wielgus, Yannis Maniatis, Marko Vešligaj

Proposta de resolução
Considerando J

Proposta de resolução	*Alteração*
J. Considerando que os cidadãos da UE têm direito à propriedade, tal como estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE; que 69,2 % dos agregados familiares da UE eram proprietários-ocupantes em 2023***[15]*** , o que	J. Considerando que os cidadãos da UE têm direito à propriedade, tal como estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE; que ***este direito deve ser equilibrado com outros direitos fundamentais consagrados na Carta,***

reflete a importância da propriedade imobiliária ***como motor de*** estabilidade; que ***o desrespeito pela propriedade afeta as comunidades e, em especial, os pequenos proprietários***; ***que*** os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis por dar resposta aos direitos dos proprietários, aos agregados familiares vulneráveis e às famílias ***com necessidades de habitação***;	***incluindo a dignidade, o respeito pela vida privada e familiar e pelo domicílio, os direitos das crianças, os direitos das pessoas idosas, a integração das pessoas com deficiência e o direito a uma assistência social e a uma ajuda à habitação, a fim de garantir uma existência condigna; que uma habitação segura e estável, seja própria ou arrendada, é essencial para o bem-estar individual e comunitário; que*** 69,2 % dos agregados familiares da UE eram proprietários-ocupantes em 2023, o que reflete a importância da propriedade imobiliária ***para muitas pessoas; que um terço dos europeus são inquilinos, muitos dos quais carecem de habitação adequada, sublinhando que sistemas de habitação resilientes e à prova de crise exigem igualmente habitação de arrendamento, social e cooperativa; que é necessário desenvolver e apoiar mecanismos de representação dos inquilinos e das comunidades; que uma proteção insuficiente dos inquilinos e dos agregados familiares vulneráveis compromete a coesão social, a igualdade e a*** estabilidade; que os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis por dar resposta aos direitos dos proprietários, ***por defender o direito a uma habitação adequada para todos e por prestar apoio específico*** aos agregados familiares vulneráveis e às famílias ***necessitadas***;
[15] Eurostat, «Living conditions in Europe — housing» [«Condições de vida na Europa — habitação»], sítio Web do Eurostat, dezembro de 2024.	
	Or. en

Alteração 294
Georgiana Teodorescu, Antonella Sberna, Lara Magoni, Alessandro Ciriani, Nora Junco García, Nicolas Bay

Proposta de resolução
Considerando J

Proposta de resolução	*Alteração*
J. Considerando que os cidadãos da UE têm direito à propriedade, tal como estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE; que 69,2 % dos agregados familiares da UE eram proprietários-ocupantes em 2023[15] , o que reflete a importância da propriedade imobiliária como motor de estabilidade; que o desrespeito pela propriedade afeta as comunidades e, em especial, os pequenos proprietários; que os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis por dar resposta aos direitos dos proprietários, aos agregados familiares vulneráveis e às famílias com necessidades de habitação;	J. Considerando que os cidadãos da UE têm direito à propriedade, tal como estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE; que 69,2 % dos agregados familiares da UE eram proprietários-ocupantes em 2023[15] , o que reflete a importância da propriedade imobiliária como motor de estabilidade; que o desrespeito pela propriedade afeta as comunidades e, em especial, os pequenos proprietários***, especialmente em casos de ocupação ilegal ou uso indevido prolongado da habitação no contexto de relações contratuais que carecem de execução efetiva***; que os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis por dar resposta aos direitos dos proprietários, aos agregados familiares vulneráveis e às famílias com necessidades de habitação; ***que a ocupação ilegal de habitações, conhecida como o fenómeno dos «ocupas», constitui um problema grave na União Europeia; que causa prejuízos significativos, em particular aos pequenos proprietários, que são desencorajados de colocar os seus imóveis no mercado, reduzindo assim a oferta disponível e contribuindo para o aumento dos preços; apela a uma resposta destinada a prevenir tais práticas, a proteger os direitos dos proprietários, nomeadamente quando defendem os seus bens, e a punir rápida e firmemente os invasores;***
[15] Eurostat, «Living conditions in Europe — housing» [«Condições de vida na Europa — habitação»], sítio Web do Eurostat, dezembro de 2024.	[15] Eurostat, «Living conditions in Europe — housing» [«Condições de vida na Europa — habitação»], sítio Web do Eurostat, dezembro de 2024.

Or. en

Alteração 295
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Jagna Marczułajtis-Walczak, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando J

Proposta de resolução	*Alteração*
J. Considerando que os cidadãos da UE têm direito à propriedade, tal como estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE; que 69,2 % dos agregados familiares da UE eram proprietários-ocupantes em 2023[15] , o que reflete a importância da propriedade imobiliária como motor de estabilidade; que o desrespeito pela propriedade afeta as comunidades e, em especial, os pequenos proprietários; que os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis por dar resposta aos direitos dos proprietários, aos agregados familiares vulneráveis e às famílias com necessidades de habitação;	J. Considerando que os cidadãos da UE têm direito à propriedade, tal como estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE; que 69,2 % dos agregados familiares da UE eram proprietários-ocupantes em 2023[15] , o que reflete a importância da propriedade imobiliária como motor de estabilidade; que o desrespeito pela propriedade afeta as comunidades e, em especial, os pequenos proprietários; que os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis por dar resposta aos direitos dos proprietários, aos agregados familiares vulneráveis e às famílias com necessidades de habitação; ***que a ocupação ilegal de habitação, incluindo a usurpação e as estadias sem título jurídico, é um problema da UE que compromete a Carta da UE, a segurança jurídica, reduz a oferta de habitação, aumenta a vulnerabilidade dos proprietários, especialmente dos que dependem do rendimento do arrendamento para a sua subsistência, afeta a coexistência pacífica de vizinhos e comunidades, dificulta a prevenção da criminalidade transfronteiriça e constitui uma violação do Estado de direito e dos princípios democráticos;***
[15] Eurostat, «Living conditions in Europe — housing» [«Condições de vida na Europa — habitação»], sítio Web do Eurostat, dezembro de 2024.	[15] Eurostat, «Living conditions in Europe — housing» [«Condições de vida na Europa — habitação»], sítio Web do Eurostat, dezembro de 2024.

Or. en

Alteração 296
Maria Ohisalo, Vicent Marzà Ibáñez, Marie Toussaint, Gordan Bosanac

Proposta de resolução
Considerando J

Proposta de resolução	*Alteração*
J. Considerando que ***os cidadãos da UE têm direito à propriedade, tal como estabelecido na*** Carta dos Direitos Fundamentais ***da UE; que 69,2 % dos agregados familiares da UE eram proprietários-ocupantes em 2023***[15] ***, o que reflete a importância da propriedade imobiliária como motor de estabilidade***; ***que o desrespeito pela propriedade afeta as comunidades e, em especial, os pequenos proprietários***; que os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis ***por dar resposta aos*** direitos dos ***proprietários, aos*** agregados familiares vulneráveis ***e às famílias com necessidades de habitação***;	J. Considerando que ***, nos termos do artigo 17.º da*** Carta dos Direitos Fundamentais ***da União Europeia, todas as pessoas têm o direito de fruir da propriedade dos seus bens legalmente adquiridos, de os utilizar, de dispor deles e de os transmitir em vida ou por morte, que ninguém pode ser privado da sua propriedade, exceto por razões de utilidade pública, nos casos e condições previstos por lei e mediante justa indemnização pela respetiva perda, em tempo útil, e que a utilização dos bens pode ser regulamentada por lei na medida do necessário ao interesse geral***; que ***a União,*** os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis ***por proporcionar soluções de habitação eficazes para os*** direitos ***e necessidades*** dos agregados familiares vulneráveis***, em conformidade com a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, incluindo, nomeadamente, as disposições relativas aos direitos fundamentais de dignidade do ser humano, proibição de tratamento degradante, não discriminação e propriedade privada***;

[15] Eurostat, «Living conditions in Europe — housing» [«Condições de vida na Europa — habitação»], sítio Web do Eurostat, dezembro de 2024.

Or. en

Alteração 297
Klara Dostalova, Julie Rechagneux, Ondřej Knotek, Jorge Buxadé Villalba, Jaroslav Bžoch, Rachel Blom, Tomáš Kubín

Proposta de resolução
Considerando J

Proposta de resolução	*Alteração*
J. Considerando que os cidadãos da UE têm direito à propriedade, tal como estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE; que 69,2 % dos agregados familiares da UE eram proprietários-ocupantes em 2023[15] , o que reflete a importância da propriedade imobiliária como motor de estabilidade; que o desrespeito pela propriedade afeta as comunidades e, em especial, os pequenos proprietários; que os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis por dar resposta aos direitos dos proprietários, aos agregados familiares vulneráveis e às famílias com necessidades de habitação;	J. Considerando que os cidadãos da UE têm direito à propriedade, tal como estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE; que 69,2 % dos agregados familiares da UE eram proprietários-ocupantes em 2023[15] , o que reflete a importância da propriedade imobiliária como motor de estabilidade; que o desrespeito pela propriedade afeta as comunidades e, em especial, os pequenos proprietários; que ***a ocupação ilegal de habitações deve ser firmemente impedida e que devem ser assegurados mecanismos jurídicos eficazes para a rápida devolução dos bens; que os pequenos proprietários e as famílias merecem uma proteção especial contra abusos e intervenções arbitrárias; que a promoção da propriedade imobiliária significa também o reforço das famílias, da estabilidade social e da identidade europeia; que*** os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis por dar resposta aos direitos dos proprietários, aos agregados familiares vulneráveis e às famílias com necessidades de habitação;
[15] Eurostat, «Living conditions in Europe — housing» [«Condições de vida na Europa — habitação»], sítio Web do Eurostat, dezembro de 2024.	[15] Eurostat, «Living conditions in Europe — housing» [«Condições de vida na Europa — habitação»], sítio Web do Eurostat, dezembro de 2024.

Or. en

Alteração 298

Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando J

Proposta de resolução	*Alteração*
J. Considerando que os cidadãos da UE têm direito à propriedade, tal como estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE; que 69,2 % dos agregados familiares da UE eram proprietários-ocupantes em 2023[15] , o que reflete a importância da propriedade imobiliária como motor de estabilidade; que o desrespeito pela propriedade afeta as comunidades e, em especial, os pequenos proprietários; que os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis por dar resposta aos direitos dos proprietários, aos agregados familiares vulneráveis e às famílias com necessidades de habitação;	J. Considerando que os cidadãos da UE têm direito à propriedade, tal como estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE; que 69,2 % dos agregados familiares da UE eram proprietários-ocupantes em 2023[15] , o que reflete a importância da propriedade imobiliária como motor de estabilidade; que o desrespeito pela propriedade afeta as comunidades e, em especial, os pequenos proprietários; que os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis por dar resposta aos direitos dos proprietários, aos agregados familiares vulneráveis e às famílias com necessidades de habitação; ***que a propriedade privada está ameaçada pela ocupação ilegal de habitações por indivíduos, conhecida como o fenómeno dos «ocupas», e por situações de incumprimento sistemático do pagamento das renda, o que obriga os legítimos proprietários a abandonar o mercado e a recorrer a ações judiciais para recuperar os seus bens legítimos;***
[15] Eurostat, «Living conditions in Europe — housing» [«Condições de vida na Europa — habitação»], sítio Web do Eurostat, dezembro de 2024.	[15] Eurostat, «Living conditions in Europe — housing» [«Condições de vida na Europa — habitação»], sítio Web do Eurostat, dezembro de 2024.

Or. en

Alteração 299
Borja Giménez Larraz, Dirk Gotink, Nikolina Brnjac, Daniel Buda, Niels Geuking, David Casa, Markus Ferber, Sebastião Bugalho, Maravillas Abadía Jover, Regina Doherty, Isabelle Le Callennec, Alma Ezcurra Almansa, Rosa Estaràs Ferragut

Proposta de resolução
Considerando J

Proposta de resolução	*Alteração*
J. Considerando que os cidadãos da UE têm direito à propriedade, tal como estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE; que 69,2 % dos agregados familiares da UE eram proprietários-ocupantes em 2023[15] , o que reflete a importância da propriedade imobiliária como motor de estabilidade; que o desrespeito pela propriedade afeta as comunidades e, em especial, os pequenos proprietários; que os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis por dar resposta aos direitos dos proprietários, aos agregados familiares vulneráveis e às famílias com necessidades de habitação;	J. Considerando que os cidadãos da UE têm direito à propriedade, tal como estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE; que 69,2 % dos agregados familiares da UE eram proprietários-ocupantes em 2023[15] , o que reflete a importância da propriedade imobiliária como motor de estabilidade; que o desrespeito pela propriedade afeta as comunidades e, em especial, os pequenos proprietários; que os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis por dar resposta aos direitos dos proprietários, aos agregados familiares vulneráveis e às famílias com necessidades de habitação; ***que existem diferentes modelos que envolvem um equilíbrio entre os despejos forçados e a proteção dos direitos de propriedade, respeitando os direitos tanto dos inquilinos como dos proprietários;***
[15] Eurostat, «Living conditions in Europe — housing» [«Condições de vida na Europa — habitação»], sítio Web do Eurostat, dezembro de 2024.	[15] Eurostat, «Living conditions in Europe — housing» [«Condições de vida na Europa — habitação»], sítio Web do Eurostat, dezembro de 2024.

Or. en

Alteração 300
Julie Rechagneux, Marie-Luce Brasier-Clain, Aleksandar Nikolic, Rachel Blom

Proposta de resolução
Considerando J

Proposta de resolução	*Alteração*
J. Considerando que os cidadãos da UE têm direito à propriedade, tal como estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE; que 69,2 % dos	J. Considerando que os cidadãos da UE têm direito à propriedade, tal como estabelecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE***; que o direito de***

agregados familiares da UE eram proprietários-ocupantes em 2023[15], o que reflete a importância da propriedade imobiliária como motor de estabilidade; que o desrespeito pela propriedade afeta as comunidades e, em especial, os pequenos proprietários; que os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis por dar resposta aos direitos dos proprietários, aos agregados familiares vulneráveis e às famílias com necessidades de habitação;	***propriedade é um direito fundamental que a UE e os Estados-Membros devem proteger contra as ocupações ilegais e as crescentes ameaças enfrentadas pelos proprietários***; que 69,2 % dos agregados familiares da UE eram proprietários-ocupantes em 2023[15], o que reflete a importância da propriedade imobiliária como motor de estabilidade; que o desrespeito pela propriedade afeta as comunidades e, em especial, os pequenos proprietários; que os Estados-Membros e as autoridades públicas são responsáveis por dar resposta aos direitos dos proprietários, aos agregados familiares vulneráveis e às famílias com necessidades de habitação;
[15] Eurostat, «Living conditions in Europe — housing» [«Condições de vida na Europa — habitação»], sítio Web do Eurostat, dezembro de 2024.	[15] Eurostat, «Living conditions in Europe — housing» [«Condições de vida na Europa — habitação»], sítio Web do Eurostat, dezembro de 2024.
	Or. fr